



Dino cita infiltração do PCC no mercado financeiro e cobra reação do governo

PAULO CAPPELLI - PÁGINA 2

Celulares: Delegados repudiam fala

Marcelo Camargo/Agência Brasil



O Sindicato dos Delegados de Polícia de SP divulgou nota de repúdio às declarações de Lula, que afirmou que "rico não compra telefone roubado, mas pobres compram", além de defender que esses celulares (produtos de Receptação) sejam devolvidos nos Correios, alegando que cidadãos têm receio de procurar as delegacias.

PÁGINA 15

TCU alerta Lula sobre emendas parlamentares

Falhas de transparência e rastreabilidade foram detectadas no Orçamento de 2025

PAULO CAPPELLI - PÁGINA 2

Novo concorda com Zema, mas se dobra aos Bolsonaro

Eduardo Bolsonaro defendeu rompimento com o partido Novo por causa das críticas de Romeu Zema a seu irmão Flávio. Mas os deputados da sigla temem perder os votos bolsonaristas.

TALES FARIA - PÁGINA 4

Projeto de segurança após morte em Limeira

Proposta de Lei protocolada na Câmara pelo deputado federal Bruno Ganem(PODE) cria regras de segurança mais rígidas para empresas que trabalham com turismo e esportes de aventura.

PÁGINA 15

LDO prevê orçamento de R\$ 368,4 bilhões

PÁGINA 16

Justiça anula regra de Nunes sobre ruídos em obras

O TJ-SP declarou inconstitucional o decreto municipal de 2021 que flexibilizava os limites de ruído em obras de construção civil na capital. A decisão foi tomada por unanimidade pelo Órgão, que entendeu que a norma ultrapassava os limites.

PÁGINA 12

Grande São Paulo avança na despoluição dos rios

PÁGINA 14

Normas para transferir táxis são definidas

PÁGINA 13

PC DE OLIVEIRA

Há 5 meses das eleições, muita indefinição

PÁGINA 8

EDITORIAL

A Copa, o risco e a brecha para o debate

PÁGINA 4



Reprodução/YouTube Veja

Tarcísio e Haddad participaram de evento da revista Veja na capital

Tarcísio e Haddad divergem sobre Sabesp

Pré-candidatos ao Governo debatarem sobre a privatização da companhia

PÁGINA 15



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

TCU alerta governo Lula sobre falta de transparência em emendas parlamentares

Marcelo Camargo/Agência Brasil

O Tribunal de Contas da União alertou o governo do presidente Lula (PT) sobre falhas de transparência e rastreabilidade na execução de emendas parlamentares incluídas no Orçamento da União de 2025. O apontamento consta no parecer prévio das contas do petista aprovado pela Corte de Contas.

No documento, o TCU afirma que há ausência de mecanismos que permitam identificar a origem e a execução de emendas parlamentares registradas como programações discricionárias do Poder Executivo sob os identificadores RP 2 e RP 3. Segundo o tribunal, a situação pode comprometer os princípios constitucionais da publicidade e da transparência fiscal.

“Ausência de mecanismos de transparência e de rastreabilidade para a identificação e a execução de emendas parlamentares consignadas como programa-



ções discricionárias do Poder Executivo”, registra o parecer.

O tribunal ressaltou que o problema ocorre mesmo sem alteração formal da natureza dessas despesas, classificadas como discricionárias do Executivo. Ainda assim, os ministros alertaram para a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de controle e identificação das verbas.

O parecer foi relatado pelo ministro Benjamin Zymler e aprovado em sessão realizada no último dia 10 de junho. Apesar das ressalvas apontadas, o TCU concluiu que as contas de Lula referentes ao exercício de 2025 estão em condições de serem aprovadas pelo Congresso Nacional.

Dino cita infiltração do PCC no mercado financeiro e cobra reação do governo

Luiz Silveira/STF

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou em decisão que há indícios de infiltração de estruturas criminosas do Primeiro Comando da Capital (PCC) no mercado financeiro formal. O magistrado citou a facção como beneficiária de esquemas de lavagem de dinheiro envolvendo fintechs e fundos de investimento. As referências constam em despacho relacionado à crise estrutural da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na decisão, Dino aponta que a fragilidade operacional da CVM teria favorecido o avanço de organizações criminosas em estruturas sofisticadas do mercado de capitais. O ministro menciona investigações ligadas às operações “Carbono Oculto” e “Compliance Zero”, que apuram suspeitas de lavagem de dinheiro, ocultação patrimonial e uso de fintechs para circulação de recursos ilícitos.

“O PCC aparece na investigação como beneficiário



Flávio Dino faz alerta sobre PCC

indireto das movimentações financeiras, integrante do mesmo ecossistema financeiro ilegal, usuário das mesmas fintechs para lavagem, ocultação de recursos e circulação de dinheiro ilegal”, registra um dos trechos reproduzidos na decisão.

O documento também cita relatórios de inteligência financeira que identificaram movimentações suspeitas de quase R\$ 4 bilhões. Segundo a decisão, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs) e plataformas financeiras

teriam sido utilizados como “camadas finais de lavagem de dinheiro”.

Ao justificar a necessidade de reforço na estrutura da CVM, Dino afirmou que o mercado financeiro passou a ser explorado por facções armadas e esquemas de corrupção com atuação em diferentes setores públicos e privados.

“Nesse contexto de baixa eficiência, abrem-se flancos que favorecem a infiltração de organizações criminosas e facções armadas, que passaram a explorar esses instrumentos sofisticados do mercado de capitais”, escreveu o ministro.

A decisão foi proferida no âmbito de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) apresentada pelo Partido Novo, que questiona regras sobre a Taxa de Fiscalização dos Mercados de Títulos e Valores Mobiliários.

No processo, Dino determinou medidas emergenciais ao presidente Lula (PT) para reforçar a capacidade operacional da CVM e ampliar ações de fiscalização, inteligência financeira e cooperação com outros órgãos de controle.

Filha de Oswaldo Eustáquio foi pisoteada após agressão em Brasília, diz BO

A filha do jornalista Oswaldo Eustáquio, Mariana Eustáquio, de 18 anos, foi pisoteada após ser agredida e perder a consciência em Brasília, segundo informações registradas no boletim de ocorrência do caso. A agressão aconteceu na noite da última sexta-feira (13), após o jogo entre Brasil e Marrocos pela Copa do Mundo de 2026.

De acordo com testemunhas ouvidas pela polícia, Mariana caiu de costas durante a agressão, desmaiou e, já desacordada, teria sido pisoteada pelos envolvidos. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) foi acionado e encaminhou a vítima inconsciente ao hospital.

O laudo médico confirmou fratura na vértebra L2 da coluna lombar. Mariana segue internada e deverá retornar ao Instituto Médico Legal (IML) em cerca

de um mês para acompanhamento da lesão.

Segundo relatos da família, Mariana estava no Contexto Bar, no Setor de Clubes Sul, em Brasília, assistindo à partida entre Brasil e Marrocos quando tentou separar uma briga envolvendo uma amiga e acabou sendo agredida durante a confusão.

As imagens dos suspeitos foram entregues por uma testemunha e estão sob análise da Primeira Delegacia de Polícia do Distrito Federal, responsável pela apuração.

Oswaldo Eustáquio é jornalista e blogueiro ligado ao bolsonarismo. Ele mora atualmente na Espanha e é alvo de investigações conduzidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes.

Justiça suspende decisão que proibia ex-assessor de Janones de falar sobre Motta

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) suspendeu a decisão que havia determinado a remoção de um vídeo publicado nas redes sociais pelo influenciador Bernardo Moreira com críticas ao presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos). A ação de origem foi apresentada após a publicação de um vídeo, em 4 de maio, no qual Bernardo faz críticas ao parlamentar e cita suspeitas envolvendo o deputado e familiares.

O TJDFT também derrubou, em caráter liminar, a proibição que impedia Bernardo de comentar o processo judicial ou citar Motta nas plataformas digitais. Na primeira instância, a 16ª Vara Cível de Brasília havia determinado a exclusão do conteúdo em até 24 horas, sob pena de multa, além de proibir novas manifestações sobre o caso nas redes sociais.

Ao avaliar o recurso da defesa, o desembargador Fabrício Fontoura Bezerra afirmou que, em análise preliminar, a probabilidade do direito estava ao lado do influenciador. Segundo ele, a Constituição Federal garante ampla proteção à liberdade de expressão e veda restrições prévias à manifestação do pensamento.

Na decisão, o magistrado destacou que figuras públicas estão sujeitas a maior escrutínio social e político. “A participação ativa

na gestão pública e o exercício de mandato parlamentar [...] naturalmente mitigam a esfera de privacidade do agente político”, escreveu.

O desembargador também criticou a proibição imposta pela primeira instância para impedir comentários sobre o processo judicial. Segundo ele, a medida cria um “efeito silenciador desproporcional” e afronta a liberdade de expressão.

Outro ponto citado foi o intervalo de 23 dias entre a publicação do vídeo e o ajuizamento da ação por Hugo Motta. Para o magistrado, a demora enfraquece o argumento de urgência usado para justificar a retirada imediata do conteúdo.

Na peça apresentada ao TJDFT, a defesa de Bernardo Moreira afirmou que o vídeo continha críticas políticas baseadas em notícias jornalísticas e investigações públicas, sem imputação falsa de crimes. Os advogados também sustentaram que a decisão representava censura prévia e violava dispositivos da Constituição que garantem a livre manifestação do pensamento.

A defesa ainda argumentou que Hugo Motta, por ocupar a presidência da Câmara, está submetido a maior fiscalização pública e deve suportar críticas mais contundentes relacionadas ao exercício do mandato.

PINGA-FOGO

■ **ABI PARABENIZA OS 125 ANOS DO CORREIO DA MANHÃ** - Em nota emitida nesta segunda-feira (15), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) prestou homenagem aos 125 anos do jornal Correio da Manhã. Assinado pelo presidente da entidade, Octávio Costa, o comunicado destacou a trajetória do impresso em “defesa do jornalismo, da liberdade de expressão e do direito à informação”.

■ Confira a nota na íntegra a seguir: “A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) parabena o Correio da Manhã pelos 125 anos de uma trajetória marcada pela defesa do jornalismo, da liberdade de expressão e do direito à informação.

■ Ao longo de sua história, o Correio da Manhã consolidou-se como uma das mais importantes referências da imprensa brasileira, destacando-se pela independência editorial, pela coragem de enfrentar períodos de adversidade e pelo compromisso permanente com a sociedade e a democracia.

■ Celebrar esta data é reconhecer a contribuição de gerações de jornalistas, editores, fotógrafos, gráficos e profissionais que ajudaram a construir um legado fundamental para a comunicação brasileira.

■ Em nome da ABI, saúdo a direção, os profissionais e os leitores do Correio da Manhã, desejando que este importante veículo siga fortalecendo o jornalismo de qualidade e contribuindo para o desenvolvimento democrático do país. Parabéns pelos 125 anos. Octávio Costa. Presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI)”.

■ **HOMENAGEM A RUY GUERRA** - Aos 94 anos, o cineasta Ruy Guerra, um dos pioneiros do Cinema Novo, ganhará homenagem no III Festival de Cinema e Política de Maricá, no Cine Henfil. O evento começa nesta terça-feira, dia 16, e irá até o dia 21 de junho.

■ Nesta terça-feira, dia 16, haverá mesa-redonda, às 17h, sobre “Cinema, Política e Vanguarda”, com a participação dos filhos de Glauber Rocha, Ava Rocha e Pedro Paulo Rocha, e do cineasta Luiz Carlos Lacerda, o Bigode. O mediador desse debate será o secretário de Cultura e das Utopias de Maricá, Sady Bianchin. Às 18h30 (de terça-feira) será exibido o filme Terra e Transe, de Glauber Rocha, às 20h30, um show e performance da atriz e cantora, Ava Rocha e, às 21h20, um coquetel, aberto ao público e aos convidados ligados ao Cinema.

■ **NOVA DIRETORIA DA FECOMÉRCIO DF** - O presidente do Sistema Fecomércio DF, José Aparecido Freire, será o anfitrião da solenidade de posse da nova Diretoria da federação (Gestão 2026-2030). O evento oficializa o início do novo mandato sob a diretriz de liderança e inovação para o setor empresarial do Distrito Federal.

■ A cerimônia acontecerá no próximo sábado, 20 de junho, com início previsto para as 19h. O encontro será realizado na Sede Administrativa Leandro Domingos Teixeira – Sesc-DF, localizada no SIA trecho 4.

■ **FÓRUM BRASIL CRIATIVO** - A secretária de Economia Criativa do Ministério da Cultura, Cláudia Leitão, participa nos dias 17 e 18 de junho da etapa Sudeste do Fórum Brasil Criativo. O evento acontecerá no Edifício Palácio Gustavo Capanema, no Centro do Rio, e reunirá gestores públicos, especialistas e agentes culturais com o objetivo de debater propostas que vão subsidiar a construção da Política Nacional de Economia Criativa.



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Fotos Rosane Naylor

O presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Couto, com os empossados Marcos Borba Caruggi e Daniela Ferro Affonso



A desembargadora Fernanda Xavier de Brito e o corregedor do TJRJ, desembargador Cláudio Brandão



O presidente do TJRJ e governador em exercício desembargador Ricardo Couto com a desembargadora Ana Paula Barros; juíza Alessandra Bilac; os desembargadores Mello Serra; Simone Rolim; o presidente do TRE-RJ, Cláudio de Mello Tavares; e Fernanda Xavier



Os magistrados Claudio D orto, Márcio Quintes e Renata Cabo



Os desembargadores Gilberto Clóvis Matos, Fernando Chagas, Juan Luiz Vazques e Paulo Wunder Alencar



Os desembargadores Claudio de Mello Tavares, presidente do TRE-RJ, e Maria Angélica Guerra com a empossada Daniela Ferro



As magistradas Ana Beatriz Estrella, Jacqueline Montenegro e Daniela Ferro



O desembargadores Wagner Cinelli, Marcos Borba Caruggi e Caetano Ernesto da Fonseca



A desembargadora Maria da Glória Bandeira a juíza Ana Paula Cabo, a desembargadora Kátia Momnerat, a juíza Sílvia Hausen com as desembargadoras Kátia Amaral Jangutta, Denise Nicoll, Fernanda Xavier, Ana Cristina Nascif Dib e Rose Marie Pimentel Martins



As desembargadoras Maria da Glória Bandeira, Ana Cristina Dib, Jacqueline Montenegro, Suely Magalhães e Denise Nicoll

Dois novos desembargadores tomam posse no TJRJ

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro empossou dois novos desembargadores em sessão solene realizada nesta segunda-feira (15). Tomaram posse os magistrados Marcos Borba Caruggi e Daniela Ferro Affonso.

O presidente do TJRJ e governador em exercício do Rio, desembargador Ricardo Couto de Castro conduziu a cerimônia.

Para assinatura do termo de posse, o magistrado Marcos Borba Caruggi foi conduzido ao plenário pelos desembargadores Caetano Ernesto da Fonseca, Maria da Glória Bandeira de Mello e Ana Cristina Nascif Dib. Em seguida, foi a vez da magistrada Daniela Ferro Affonso, que foi conduzida pelo desembargador Ricardo Couto e Jacqueline Montenegro.



Os desembargadores Ricardo Cardozo e Cláudio Brandão

Tales Faria

O Novo concorda com Zema, mas engole desaforos dos Bolsonaro

Parlamentares do Partido Novo concordam com o candidato da sigla ao Palácio do Planalto, o ex-governador de Minas Gerais Romeu Zema, nas críticas ao envolvimento do candidato do PL à Presidência, senador Flávio Bolsonaro (RJ), com o ex-banqueiro Daniel Vercaro. Mas não querem o rompimento. Temem perder votos bolsoneiros.

Em vídeo nas redes sociais, Zema declarou: “Flávio Bolsonaro, ouvir você cobrando dinheiro do Vercaro é imperdoável. É um tapa na cara dos brasileiros de bem. Não adianta nada criticar as práticas de Lula e do PT e fazer a mesma coisa.”

Os irmãos do candidato do PL responderam duramente. O ex-deputado Eduardo Bolsonaro postou ameaçando romper com o partido do ex-governador: “Que postura vagabunda, critica o Flávio apenas porque ele queria estar no lugar do Flávio. Por mim rompia geral com o Partido Novo.”

Ao repostar declaração da deputada Júlia Zanatta, segundo a qual “Zema deveria calar a boca”, Carlos Bolsonaro, o filho Zero Dois do ex-presidente, sugeriu que Zema estava sendo “um desonesto com seu mínimo intelecto e caráter”. Ele escreve mais:

“Os liberais jamais teriam tido a oportunidade de participar de um governo como participaram e inclusive de existir. Hoje quem os alavancou está preso ilegalmente e sendo esquecido propositalmente, assim como todos os presos políticos do 8 de janeiro. Todos estes adotam uma postura previsível: em um dia afagam, no outro apunham pelas costas. Qualquer pessoa de bom senso percebe esse comportamento se repetir a cada eleição. E quando

alguém reage a essas atitudes, logo surgem acusações de ‘ataques’. A realidade é que todos veem isso acontecer diariamente. Não se trata de invenção, mas da simples interpretação e visualização de fatos e comportamentos que vêm sendo observados desde 2018. Todo o movimento visa única e exclusivamente fortalecer Lula para se colocarem como permitidos do sistema. O povo é o que menos importa. Sujeitos como estes odeiam o cheiro de quem não veste terno, gravata e o resto do senhores já sabem!”

Os ataques do clã deixam os parlamentares do Partido Novo tão assustados que evitam comentar publicamente a ameaça de rompimento.

Poucos, como o deputado Ricardo Salles (Novo-SP), vêm a público falar que concordam com Zema de que há no PL uma “promiscuidade absoluta com o centrão”, cujo presidente, Valdemar Costa Neto, “tem o mesmo DNA de Vercaro”.

Mas Salles insiste que o inimigo principal é o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu partido, o PT. “Ainda com todos seus problemas, o Flávio é melhor do que o Lula, porque vai colocar na área econômica nomes mais capazes” argumenta.

Reservadamente, no entanto, os integrantes do partido torcem pelo aparecimento de um candidato mais forte na direita do que Flávio Bolsonaro. Caso isso não ocorra, o Novo terá que seguir o já velho caminho do partido: engolir em seco os desaforos dos filhos do ex-presidente e dos bolsoneiros mais exaltados.

O problema é que a hostilidade tende a aumentar, caso o clã assumo o Palácio do Planalto.

Fernando Molica

‘Estrangeiros’ viram a mesa

Ao escalarem mais e mais jogadores nascidos fora de suas fronteiras, seleções sem tradição no futebol ameaçam dar uma cambalhota no processo que concentrou poder e dinheiro nos clubes europeus. Estes, desde 2013, revezam-se na conquista do antigo Mundial; hoje Copa Intercontinental.

Na atual Copa do Mundo, 258 jogadores — 20,67% do total — abriram os olhinhos pela primeira vez muito longe dos países que agora representam.

Seleções sempre foram menos vulneráveis à elitização facilmente percebida nos clubes; talentos gerados em países como Brasil, Argentina e Uruguai representam uma trava ao poder do dinheiro. Mas, mesmo assim, a grana conta, e muito.

A vitória de Messi e companhia em 2022 quebrou um período de quatro copas sucessivas conquistadas por europeus, domínio que jamais tinha ocorrido e que reflete a crescente concentração de renda no mundo. Mesmo os três países sul-americanos que conquistaram o mais importante título do futebol estão longe de puxarem a fila da pobreza terceiro-mundista.

Em relação aos clubes, a batalha parece perdida, pelo menos, pelas próximas duas décadas. Por mais dinheiro que tenham, clubes da elite de nosso país ainda têm orçamentos tímidos perto de gigantes ingleses, espanhóis, italianos e alemães.

A interminável exportação de craques ainda muito jovens torna praticamente impossível que equipes brasileiras consigam montar times equivalentes ao Botafogo de Garrincha, Didi, Nilton Santos e Zagallo; ao Santos de Pelé, Pepe e Coutinho; ao Flamengo de Zico e Júnior; ao Pal-

meiras de Ademir da Guia e Dudu. Hoje, esses jogadores daria bye, bye Brasil antes dos 20 anos.

O fenômeno global se repete na Libertadores: o último título conquistado por um time não brasileiro foi em 2018; de lá pra cá, todos os sete campeões foram daqui. A questão é esportiva, mas, principalmente econômica — o pântano quase permanente em que se meteu a Argentina comprova isso.

O crescimento da indústria do futebol e a valorização das competições abriram uma acirrada disputa entre marcas dispostas a patrocinar tudo o que envolve o mais popular e rico esporte do mundo. A ampliação do número de países em copas aumentou também as oportunidades de negócios — associar sua imagem a seleções que não fazem parte da elite também virou algo interessante para muitas empresas.

E aí vale parafrasear o velho ditado: quem não tem clube, caça com seleção. Colocadas à margem da elite, federações como as de Curaçao, República Democrática do Congo, Marrocos, Bósnia e Herzegovina, Argélia, Haiti, Tunísia, Catar, Senegal e Turquia trataram de importar, pelo menos, dez atletas para formar suas equipes: entre as 48 da Copa, só oito (entre elas, o Brasil) não têm “estrangeiros” entre os seus atletas.

O processo carrega uma ironia histórica. Em muitos casos, esses países escalaram jogadores nascidos em território de seus antigos colonizadores, como os Países Baixos e a França. Há quem possa considerar a manobra uma espécie de gol com a mão. Mas, convenhamos, a concentração de riqueza em tão poucos países, determinante para desequilibrar o jogo, é muito mais injusta.

EDITORIAL

A Copa, o risco e a brecha para o debate

A Copa do Mundo é um dos eventos esportivos mais aguardados do planeta. Durante algumas semanas, milhões de pessoas acompanham partidas, comentam resultados, vestem as cores de suas seleções e transformam o futebol em assunto central das conversas do dia a dia. É um período de celebração, entretenimento e grande mobilização social. No entanto, junto com a paixão pelo esporte, cresce também um fenômeno que merece atenção, que é o aumento do volume de apostas esportivas.

A lógica é simples. Quanto mais jogos, mais oportunidades para apostar. Quanto maior o interesse do público, maior também a exposição às campanhas publicitárias das plataformas do setor. Durante uma Copa do Mundo, o consumidor é impactado por anúncios na televisão, na internet, nas redes sociais e até mesmo em conteúdos produzidos por influenciadores e personalidades do esporte. Trata-se de uma presença constante que exige reflexão.

As apostas esportivas fazem parte da realidade atual e não devem ser encaradas, necessariamente, como um problema em si. Para muitas pessoas, representam uma forma de entretenimento associada ao acompanhamento das partidas. O desafio está em compreender o limite entre a di-

versão e o comportamento de risco. Quando a aposta deixa de ser uma atividade ocasional e passa a ocupar espaço excessivo na rotina, nas finanças e até nas relações pessoais, o alerta precisa ser ligado.

Grandes eventos esportivos costumam criar um ambiente propício para decisões impulsivas. A emoção de um jogo decisivo, a confiança em determinado resultado ou a tentativa de recuperar perdas anteriores podem levar algumas pessoas a apostar mais do que planejavam. O problema é que a promessa de ganhos rápidos frequentemente esconde uma realidade estatística em que a maioria dos apostadores não obtém lucro consistente.

Por isso, a conscientização deve caminhar lado a lado com a expansão desse mercado. Informar a população sobre os riscos do jogo compulsivo é tão importante quanto regulamentar a atividade. É necessário reforçar que apostas não podem ser encaradas como investimento, fonte de renda ou solução para dificuldades financeiras. São atividades de entretenimento que envolvem riscos reais de perdas.

A Copa do Mundo tem potencial para unir famílias, movimentar a economia e fortalecer o interesse pelo esporte. Mas também deve servir como oportunidade para ampliar o debate sobre consumo responsável.

Opinião do leitor

Seleção

O sofrido empate com Marrocos teve sabor de vitória para o Brasil. Exibição medíocre, para quem disputa a copa sonhando com o hexa. Seleção confusa, sem criatividade, errando passes infantis. Sem liderança em campo. Algum jogador tem que motivar o time, dar bronca, xingar, levantar o astral. Futebol não é esporte para mudos.

Vicente Limongi Netto
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200

Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

CORREIO POLÍTICO

Divulgação



"Dark Horse" recolocou corrupção no centro do debate

Master recolocou corrupção no centro do debate

De acordo com o diretor do Paraná Pesquisas, Murilo Hidalgo, o caso Master recolocou a corrupção no centro do debate eleitoral. Antes, esse não aparecia como um tema forte no conjunto da preocupação dos eleitores. Agora, segundo as suas pesquisas, a corrupção é um dos três temas maiores de preocupação dos pesquisados, junto com segurança pública e inflação. Ainda que o diretor da Quaest, Felipe Nunes, aponte também para algum efeito de programas do governo, como o aumento da isenção do Imposto de Renda e o Desenrola 2, para Murilo é a questão da corrupção que agora desgasta o candidato do PL à Presidência, Flávio Bolsonaro (RJ), na corrida contra Luiz Inácio Lula da Silva pela Presidência.

Flávio à mercê de novas denúncias

Hidalgo observa que Lula vem obtendo melhoras aos pouquinhos. Ou seja, desde que estourou a história do dinheiro pedido por Flávio Bolsonaro ao dono do Master, Daniel Vorcaro, o presidente foi experimentando pequenas melhoras, e Flávio pequenas quedas. O desempenho, porém, ainda leva a eleição para um segundo turno. Se esse processo estanca ou avança mais no futuro, dependerá de novas denúncias com relação ao caso Master.

Valter Campanato/Agência Brasil



Marinho afirma que será feita prestação de contas

Delação parada gera alívio

Nesse sentido, gera certo alívio ao entorno de Flávio Bolsonaro o fato de Vorcaro não ter conseguido homologar sua delação premiada. Pode ser um prenúncio de que não surjam novas novidades. Se for assim, o comando da campanha de Flávio considera que a crise pode ser estancada, com um bom tempo de estrada até a eleição de outubro. O caso poderia, assim, acabar diluído no meio de outras questões em debate. O problema é que não há nenhuma garantia de que outras denúncias não apareçam.

Para PF, há muita informação

Como disse há algum tempo aqui no Correio Político o diretor de Estratégia da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), Flávio Werneck, o volume de informações apurado faz o caso depender de eventuais delações. E nem tudo o que se obteve já foi analisado. Novas fases da Operação Compliance Zero deverão ainda acontecer.

POR
RUDOLFO LAGO

Aprovação

Um dado que Murilo Hidalgo observava era que, apesar do avanço, Lula ainda tinha um índice de reprovação maior que o de aprovação. Algo que poderia levar a uma reversão negativa para ele no segundo turno. Mas a pesquisa BTG/Nexus divulgada na segunda mostra aprovação de Lula maior que a aprovação.

Margem de erro

Trata-se ainda de algo dentro da margem de erro da pesquisa. Mas a aprovação de Lula ficou em 48% contra uma desaprovação de 47%. É a primeira vez em 2026 que isso acontece nos levantamentos BTG/Nexus. Somente outras pesquisas determinarão se é um soluço momentâneo ou uma nova tendência.

Contas

O comando da campanha de Flávio Bolsonaro tem dito que será apresentada uma prestação de contas do filme "Dark Horse" e que ela será capaz de desinflar todo o desgaste que a história do dinheiro pedido a Daniel Vorcaro provocou. O problema é que, até agora, há muito mais dúvidas do que respostas.

Quanto foi?

Segundo a produtora do filme, "Dark Horse" teria custado R\$ 75 milhões. E esse é já o primeiro detalhe a partir do qual a conta não fecha. Flávio pediu a Vorcaro R\$ 134 milhões. Teria recebido R\$ 60 milhões. Ou seja, o dinheiro que recebeu do Master já praticamente paga todo o custo do filme. Mas não houve outros investidores?

Fundo

Os recursos do filme, segundo as explicações, foram geridos por um fundo submetido à legislação dos Estados Unidos. E os dados não teriam sido divulgados até agora para preservar a confidencialidade de outros investidores. Mas se Vorcaro tivesse pago os R\$ 134 milhões teria financiado o filme integralmente.

80 por cento

Se efetivamente repassou R\$ 60 milhões para o filme, Vorcaro, sozinho, financiou 80% da produção de "Dark Horse". Curiosamente, logo que o caso estourou, a produtora GoUp divulgou uma nota afirmando que "não consta um único centavo" proveniente de Vorcaro ou de suas empresas no filme.



Mesmo com sessões virtuais, Motta fará votações

Câmara deve votar 6X1 e Misoginia esta semana

PL da redução da jornada de trabalho visa destravar pauta

Por Gabriela Gallo

Apesar da semana com sessões virtuais na Câmara dos Deputados, nesta terça-feira (16) está agendada para 14 horas a reunião de líderes que discutirá o projeto de lei apresentado pelo governo que determina a redução da jornada de trabalho e determina o fim da escala 6X1 (em que o empregado descansa somente um dia da semana).

Os parlamentares também debaterão o chamado PL da Misoginia, projeto de lei que equipara a misoginia ao crime de racismo (que é inafiançável). E, segundo o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), a previsão é que ambos os temas sigam para votação no plenário da Casa ainda nesta semana.

Apesar de ser o mesmo tema da Proposta de Emenda à Constituição aprovada com ampla maioria no plenário da Câmara (PEC 221/2019), que atualmente está pendente no Senado Federal, o Projeto de Lei nº 1.838/2026, encaminhada pelo Poder Executivo, está travando a pauta na Câmara. Isso porque, quando o governo federal encaminhou a medida, o projeto chegou com regime de urgência constitucional, ou seja, tinha o prazo de 45 dias para ser analisado na Câmara. Como o texto foi entregue em 14 de abril, o prazo de discussão e votação do projeto expirou, o que travou a pauta.

Diante disso, Motta definiu na última semana o deputado federal Leo Prates (Republicanos-BA), mesmo relator da PEC 221/2019, como relator do PL do governo estrategicamente para acelerar a votação da medida e destrancar a pauta para outros temas que os parlamentares consideram prioritários.

Ambos os projetos determinam a redução da jornada de trabalho de trabalhadores com carteira assinada de 44 horas semanais para 40 horas semanais, além de determinar o fim da escala 6X1 para, no mínimo, uma escala 5X2, sem redução salarial. A questão é que, enquanto a Proposta de Emenda à Constituição altera a Legislação brasileira, o projeto de lei do governo altera a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e outras normas trabalhistas.

O Projeto de Lei (PL) nº 896/2023, batizado de PL da Misoginia, criminaliza a misoginia (que é o ódio, desprezo ou aversão extrema à mulheres exclusivamente por questões de gênero) e a equipara ao crime de racismo, que é previsto na Constituição brasileira como inafiançável. A relatora da proposta, deputada federal Tabata Amaral (PSB-SP), apresentará aos líderes o texto final definido no Grupo de Trabalho (GT) da Casa para debater o tema, também coordenado por Tabata. O GT votará o parecer também nesta terça-feira.

No G7, Lula busca reforçar multilateralismo entre países

Apesar de não ter reunião confirmada, expectativa é de encontro com Trump

Por Gabriela Gallo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) segue em sua agenda internacional na Cúpula do G7, grupo dos sete países com a maior economia do mundo, que ocorre até esta quarta-feira (17) em Évian-les-Bains, na França.

Apesar de não ter confirmado um encontro com o presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump (Republicano), a expectativa de diplomacia brasileira é que Lula e Trump eventualmente se encontrem e conversem na cúpula para discutirem sobre as novas tarifas de 25% que os Estados Unidos implementaram sobre produtos brasileiros.

Além disso, o discurso de Lula no G7 deve citar o novo tarifação e defender o multilateralismo, mas sem atacar diretamente a gestão de Donald Trump para evitar conflitos diplomáticos.

Mas enquanto não ocorre a reunião entre os chefes de Estado, o presidente Lula tem outros encontros para firmar parcerias comerciais. Nesta terça-feira (16), está prevista uma reunião do presidente brasileiro com a primeira-ministra do Japão, Sanae Takaichi, para tratar de um acordo comercial entre o Japão e o Mercosul, grupo de países sul-americanos. Após o encontro,



Ricardo Stuckert/PR

Lula se encontrou com Macron e tenta reunião com Trump

os chefes de Estado seguirão para mais uma reunião (fechada) com os líderes do G7.

Macron

Em seu primeiro dia do G7, nesta segunda-feira (15), Lula se reuniu com o presidente da França, Emmanuel Macron. Em um encontro bilateral de 40 minutos entre os presidentes, eles trataram do fortalecimento da cooperação entre a Guiana Francesa e o Amapá, bem como do interesse francês em apoiar o Brasil na área de

supercomputadores e implementar em uma soberania digital. Eles ainda reiteraram os avanços que julgaram positivos da cooperação do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), iniciativa estratégica da Marinha do Brasil em 2008, firmada com a parceria com a França.

Antes de chegar em Évian-les-Bains, o brasileiro esteve em Genebra, na Suíça, onde se reuniu com o presidente suíço, Guy Parmelin, para tratar da ampliação do comércio bilateral entre

os países e a diversificação das exportações entre Brasil e Suíça.

Segundo o Palácio do Planalto em nota divulgada à imprensa, os presidentes conversaram e chegaram ao consenso que o Acordo Mercosul-ETA (Mercosul e a Associação Europeia de Livre Comércio, composta por Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça) “representa uma oportunidade para ampliar o comércio, em um cenário global marcado pelo aumento do protecionismo e do unilateralismo”. Eles ainda

decidiram expandir a cooperação bilateral em áreas como inteligência artificial (IA), transição energética, minerais críticos, biotecnologia, saúde e defesa.

Acordo EUA-Irã

No primeiro dia da Cúpula do G7, o governo dos Estados Unidos e do Irã firmaram um acordo preliminar para encerrar a guerra no Oriente Médio. O acordo foi assinado digitalmente pelo presidente Donald Trump, o vice-presidente dos EUA JD Vance, e o presidente do Parlamento iraniano, Mohammad Bagher Ghalibaf. Segundo Donald Trump, o texto completo do acordo de César Fogo será divulgado nesta sexta-feira (19), com a assinatura formal do documento. Além disso, o Estreito de Hormuz também segue aberto até esta sexta-feira.

Ao desembarcar na França, em reunião com Emmanuel Macron no primeiro dia da cúpula do G7, Trump informou que o fim da guerra no Oriente Médio será pauta de discussão entre os países da cúpula, tal como uma discussão para encerrar a Guerra entre a Rússia e a Ucrânia, que já se estende a quatro anos. A previsão é que Trump se reúna nesta terça-feira com o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenskyy.

Aprovação de Lula maior que reprovação

Por Beatriz Matos

Parece que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conseguiu, enfim, respirar em relação ao senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). É o que aponta a quarta rodada da pesquisa BTG/Nexus, divulgada nesta segunda-feira (15), que mostra o petista liderando tanto os cenários de primeiro turno quanto as simulações de segundo turno para a eleição presidencial de outubro. O dado mais relevante, porém, está fora da disputa eleitoral: pela primeira vez em 2026, a aprovação do governo aparece numericamente acima da reprovação.

No principal cenário estimulado de primeiro turno, Lula tem 42% das intenções de voto, contra 33% de Flávio Bolsonaro. Em maio, a distância era de cinco pontos percentuais. Agora, chegou a nove. A movimentação ocorre após meses em que diferentes levantamentos indicavam uma disputa mais apertada entre

os dois principais nomes da corrida presidencial.

A pesquisa também mostra estabilidade de Lula no voto espontâneo. O presidente aparece com 36%, enquanto Flávio registra 27%. Em março, a diferença era de seis pontos; agora, é de nove.

O avanço eleitoral vem acompanhado de uma melhora na percepção sobre o governo. Segundo o levantamento, 48% aprovam a gestão Lula, enquanto 47% desaprovam. Embora os números estejam dentro da margem de erro de dois pontos percentuais, a inversão é simbólica porque interrompe uma sequência de meses em que a reprovação aparecia numericamente à frente. Em março, por exemplo, a aprovação era de 45% e a desaprovação de 51%.

A avaliação do governo também melhorou. Os índices de ótimo e bom chegaram a 38%, ante 35% em março. Já o percentual de ruim e péssimo caiu de 44% para 41%.



Lula Marques/Agência Brasil.

Para analista, pesquisa reforça tendência desfavorável a Flávio

Para Arthur Wittenberg, professor de Políticas Públicas do Ibmec Brasília, o principal sinal não está no empate técnico entre aprovação e reprovação, mas na trajetória observada desde o início do ano.

Para Wittenberg, a explicação vai além da dinâmica eleitoral. “A queda de Flávio é antiga, sustentada e atravessa toda a série de pesquisas e antecede os episódios mais recentes, então não se reduz a um único fato do noticiário.”

Ainda assim, ele avalia que o ambiente político tem peso. O levantamento mostra, por exemplo, que 42% dos entrevistados atribuem à família Bolsonaro a maior responsabilidade pelo tarifação anunciado pelos Estados Unidos contra produtos brasileiros, enquanto 39% responsabilizam Lula.

“O que está consolidada é a tendência de movimento. O valor está na trajetória, não na fotografia de um número”, avalia o analista político.

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Pedro Kirilos / Riotur



Iphan embargou obra ao lado de bem tombado

Prefeitura mudou edital e ampliou uso de área no Aterro

Em outubro de 2023, a Prefeitura do Rio mudou o edital de licitação e ampliou as possibilidades de ocupação de área do Aterro do Flamengo que antes abrigava um posto de combustíveis. Ontem, o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) embargou a obra que estava sendo feita no local.

O texto do edital previa que na área seria destinada a “posto de combustível e/ou recarga elétrica e atividades afins”. Com a mudança, o local passou poder também a receber “qualquer atividade permitida pela legislação vigente”. A licitação foi vencida por uma concessionária de veículos da marca chinesa GWM. A GW Rio Veículos pagará R\$ 68 mil mensais por 20 anos ao município.

Eletroposto

À tarde, a prefeitura dissera que no local seria instalado um “eletroposto com três pontos duplos de recarga de veículos”. Não havia confirmado nem desmentido a informação de que também haveria exposição e venda de veículos.

À noite, afirmou que o responsável pela obra “será informado” de que lá funcionará somente o eletroposto “com as dependências necessárias para o seu funcionamento”.

Divulgação / TCM



Conselheiro Nestor Rocha: tutela provisória

Processo no TCM

De acordo com informações disponíveis no site do Tribunal de Contas do Município, o conselheiro Nestor Rocha concedeu, em 20 de dezembro de 2024, tutela provisória em processo contra a licitação, homologada em novembro de 2023.

O extrato do processo 040/102935/2024, que pode ser consultado no site, não cita eventual revogação da medida concedida por Rocha. Ontem à tarde, o Correio Bastidores entrou em contato com TCM para saber se houve alguma mudança.

Proteção do entorno

Ao embargar a obra, o Iphan frisou que a área licitada fica no entorno de um bem tombado, o Aterro do Flamengo. Qualquer intervenção feita na região precisa, portanto, de autorização prévia do próprio instituto.

O Iphan informou que, agora, aguarda o envio do projeto por parte do empreendedor, que já havia começado a construção.

Causa da colisão

Especialista na análise de acidentes aéreos, um piloto ouvido pela coluna disse que o acidente entre dois helicópteros ocorrido domingo, no Rio, deve ter sido causado por Charles Marsillac, piloto do PR-DJJ, um Eurocopter France AS350 B2, modelo conhecido como Esquilo. Seis pessoas morreram.

Erro e velocidade

Segundo ele, o mais provável é que, por uma distração ou por algum ponto cego, o comandante do PR-DJJ, que estava sozinho, não viu o outro helicóptero, o PP-MAC, em que viajavam cinco pessoas, e o atingiu por baixo. As duas aeronaves iam na mesma direção e o Esquilo, mais leve, deveria estar mais veloz.

Sem equipamento

O especialista ressalta que helicópteros particulares não são obrigados a ter TCAS, sistema que alerta pilotos para o risco de colisões. Outro problema: o PR-DJJ não tinha autorização para fazer fretamentos, mas, mesmo assim, fazia voos para a Prefeitura do Rio em troca de utilização de um heliponto.

Irregularidade

Entre pilotos, esse tipo de fretamento irregular de aeronaves é conhecido pela sigla TACA, de Transporte Aéreo Clandestino. Para o especialista, todas as aeronaves particulares deveriam trazer na porta a inscrição “Proibido o fretamento” e deveria ter pintura fluorescente em suas “barrigas”, a parte inferior da cabine.

Espera

A pesquisa BTG/Nexus que deu seis pontos de vantagem para o presidente Lula (PT) em um eventual segundo turno contra Flávio Bolsonaro (PL) foi recebida até com tranquilidade no PL. A avaliação é que, por enquanto, nada por ser feito — o melhor é aguardar algum fato que importante que abale o petista.

Sem alternativa

Há a expectativa da entrada na campanha de Michelle, mulher de Jair Bolsonaro, mas permanece a perspectiva de que ela apenas reforça um eleitorado mais radical, que se mantém fiel ao senador fluminense. O desempenho ruim de outros nomes da direita desanima a ideia de troca de candidato.



Eduardo é réu por coação à Justiça no curso do processo

Eduardo Bolsonaro enfrenta julgamento

Ele voltou a defender sanções contra Alexandre de Moraes

Por Beatriz Matos

O ex-deputado Eduardo Bolsonaro chega ao julgamento que começa nesta terça-feira (16) no Supremo Tribunal Federal (STF) sem mudar a estratégia que o colocou no centro da acusação apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Na véspera da sessão, o ex-deputado voltou a pedir ao presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, e a integrantes de seu governo que retomem sanções contra o ministro Alexandre de Moraes, reforçando o discurso que os investigadores apontam como uma tentativa de pressionar autoridades brasileiras.

A manifestação acrescentou um novo capítulo ao embate que será analisado pela Primeira Turma do STF.

Os ministros vão decidir se Eduardo cometeu o crime de coação no curso do processo ao supostamente tentar constranger integrantes da Corte durante a tramitação de uma ação penal envolvendo seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Na mensagem publicada na rede social X, Eduardo afirmou que a Suprema Corte brasileira estaria prestes a condená-lo por motivos políticos e voltou a associar Moraes a supostas violações de direitos.

Também pediu a retomada de medidas adotadas anteriormente

pelo governo norte-americano contra o magistrado.

O julgamento desta terça não trata mais do recebimento da denúncia. Essa etapa foi superada em novembro do ano passado, quando a Primeira Turma aceitou a acusação apresentada pela PGR e transformou Eduardo em réu.

Agora, os ministros entram na fase mais decisiva do processo: a análise do mérito. Na prática, irão decidir se as provas produzidas ao longo da ação penal são suficientes para condenar ou absolver o parlamentar.

Segundo a denúncia, há registros de declarações públicas, entrevistas e publicações em redes sociais nas quais Eduardo afirmava ter colaborado para que autoridades dos Estados Unidos adotassem medidas contra integrantes do Judiciário brasileiro. A acusação sustenta que ele anunciava previamente possíveis sanções, comemorava sua adoção e as apresentava como um recado ao STF.

A defesa tem posição oposta. Representado pela Defensoria Pública da União (DPU), já que não constituiu advogado nos autos, Eduardo argumenta que suas manifestações estavam protegidas pela liberdade de expressão e pela atividade política. A tese é que críticas ao Judiciário e posicionamentos sobre política externa não configuram, por si só, tentativa de coação.

Paulo César de Oliveira*

Há 5 meses das eleições, muita indefinição

Não se assustem, mas estamos a menos de quatro meses do primeiro turno das eleições deste ano. No dia cinco de outubro vamos às urnas para escolhermos presidente, governadores, deputados federais e estaduais e senadores que vão comandar o país nos próximos anos. O tempo é curto e o 15º Conexão Empresarial Anual Ouro Preto, realizado no Vila Galé, no final de semana, mostrou que há muito a se discutir sobre o futuro do país antes de finalmente colocarmos nossos votos nas urnas.

As inúmeras palestras realizadas por

políticos, empresários, especialistas durante o evento promovido pela revista Viver Brasil, VB Comunicação, blog-dopco e jornal O Tempo, mostraram um país em crescimento, mas com oscilações e um rumo certo em praticamente todas as áreas. Mostraram ainda um país sem rumo político e sem um projeto de crescimento econômico e social consistente. Mostraram finalmente o descompromisso da sociedade e da classe política com o debate sobre nossas necessidades e forma de encaminharmos soluções.

É preciso que sejam realizados por

afora encontros, seminários, debates francos, sérios e abertos, como o Conexão Empresarial, para que a sociedade se engaje em discussões sérias de nossos problemas e propostas de solução para se orientar sobre as escolhas de seus votos. Não podemos continuar elegendo propostas vazias que muitas vezes nem sabemos que existem. Já não somos um país de jovens.

Nossa população vai envelhecendo e não temos um projeto de país por falta de compromisso político. Debates de nível, como os apresentados no Cone-

xão Empresarial ajudam a mudar a política ao levar informação séria à população. Ainda é possível promover mais debates para engajar a população, em todos os seus níveis, na discussão sobre as soluções possíveis para o país.

Não podemos continuar tratando nossos problemas sem a seriedade necessária. Só a conscientização, através da boa informação, do debate franco vai mudar a política. Vai mudar o Brasil.

***Jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil**

Marcelo Lima Buhatem*

Fake News

Houve, mais uma vez, no último fim de semana, a manchete de sempre: uma desembargadora teria recebido um milhão de reais de salário. O número impressiona, escandaliza e viraliza. Falta-lhe apenas um detalhe: não é verdade. E a mentira, neste caso, não está nos centavos. Está na palavra.

Salário, ou, em rigor técnico, subsídio, pressupõe habitualidade. É a contraprestação periódica, mensal, reiterada, que remunera o trabalho prestado mês a mês. Quando alguém recebe, de uma só vez, valor expressivo correspondente a direitos reconhecidos anos atrás e pagos com atraso pelo próprio Estado, isso não é salário. É passivo. É dívida quitada tardiamente. É crédito que o devedor, no caso o próprio Poder Público, deixou de honrar no momento devido e lançou em seus livros como débito, para pagar quando lhe coube.

A distinção não é sutileza de jurista. É aritmética. Tome-se o tal milhão e divida-se pelos anos a que se refere. O escândalo se dissolve. O que resta é a confissão de que o Estado passou tempo considerável sem pagar o que devia e que, ao finalmente pagar, tratou como pródigo quem foi, na origem, credor.

Faça-se o teste com qualquer outra categoria. O aposentado que recebe do INSS os atrasados de uma ação arrastada por uma década não ganhou salário milionário: recebeu o que era seu, com mora. A Justiça do Trabalho condena empresas, todos os dias, a pagar quantias milionárias em verbas sonegadas, e a ninguém ocorre chamá-las de salário: são dívidas reconhecidas. O credor de precatório, que aguarda anos a fio o pagamento do ente público, não abocanha dinheiro alheio: reavê, enfim, o próprio. A ninguém ocorreria chamar esses pagamentos de salário. A ninguém, exceto quando o credor veste a toga.

Rui Barbosa, que de Direito entendia, deixou na Oração aos Moços a sentença que aqui se aplica com precisão cirúrgica: “justiça atrasada não é justiça, senão in-

justiça qualificada e manifesta”. Troque-se “justiça” por “pagamento” e ter-se-á o retrato exato do fenômeno. O atraso foi o erro do Estado. O pagamento é a correção do erro. E há quem pretenda transformar a correção do erro em novo escândalo, punindo o credor pela demora do devedor.

O caso que reacendeu a indignação ilustra o ponto melhor do que qualquer teoria. A magistrada de quem se fala tem noventa anos de idade. Passou a vida a servir e só agora, no crepúsculo dela, recebeu o que o Estado lhe devia havia muito. Não se trata de fortuna súbita, mas de uma dívida tão antiga que quase não chegou a tempo de ser paga ao seu próprio titular. Aos noventa anos, de que serve o dinheiro represado por décadas? O verdadeiro escândalo, que a manchete não conta, não está no valor recebido: está na demora que o produziu. Um Estado que retém por tanto tempo o que deve, até que a credora envelheça à beira de não mais poder usufruir do próprio direito, não é vítima de generosidade alheia: é devedor renitente. Inverter os papéis, fazendo da credora nonagenária um símbolo de privilégio, é a fake news em sua forma mais cruel.

Não me move, ao escrever isto, qualquer corporativismo. Sou o primeiro a reconhecer que há excessos a combater: parcelas remuneratórias eventualmente sem amparo legal, que ultrapassam o teto constitucional, merecem escrutínio rigoroso. Não por acaso, o Conselho Nacional de Justiça vem examinando esses pagamentos e, há poucos dias, o presidente do Supremo Tribunal Federal instituiu grupo de trabalho para analisar a remuneração da magistratura e propor, em até cento e oitenta dias, critérios de transparência e de correção do que de fato seja ilegal. Fui indicado pela ANDES - Associação Nacional de Desembargadores para integrá-lo, e o faço com a convicção de quem não teme a luz: transparência e verdade caminham juntas. Justamente por isso, é preciso dizer com todas as letras: pagar dívida

atrasada não é distorção. Distorção é a verba paga sem lei que a ampare; a verba devida, quitada com mora, é o seu exato oposto, é o Estado cumprindo, enfim, obrigação que descumpriu. Se distorções houver, e não de se apurar, que se apurem; porém o que não se admite é jogar tudo no mesmo caldeirão e batizar de salário aquilo que salário não é.

Nem o Supremo Tribunal Federal escapou da armadilha da palavra. Ao julgar, há pouco, as ações diretas que disciplinaram a remuneração da magistratura, a Corte acabou por encampar, talvez sem o perceber, o pejorativo “penduricalho” para nomear verbas nascidas de lei ou de ato administrativo, e como tais já submetidas ao seu devido escrutínio. Quando até o intérprete maior da Constituição adota o vocabulário da manchete, mede-se o quanto a palavra mal-empregada contamina o juízo. Acabou dando à chacota o seu trono.

Porque a confusão tem preço. A manchete viaja em segundos; a correção, quando vem, chega tarde e não viraliza. Vale, aqui, a mais antiga e perversa lição da propaganda: de tanto se repetirem, as mentiras se tornam verdade. Fica a impressão, e a impressão, gravada a cada repetição, sedimenta-se como fato. A multidão repete, em coro, feiquí nius, sem saber ao certo o que diz, e a repetição, só ela, já basta. Ao final, constrói-se a narrativa de que toda a magistratura é uma casta de privilegiados a sangrar os cofres públicos, e dissolve-se, no ácido da generalização, a diferença elementar entre quem abusa e quem apenas recebe, com mora, o que lhe é devido.

E convém perguntar, sem rodeios: onde, na Constituição de 1988, está escrito que o magistrado, e só ele, deve abrir mão de receber o que o Estado lhe sonegou? Em lugar nenhum. Não há norma que imponha ao juiz a renúncia ao próprio crédito, nem administrador que, em sã consciência, autorize pagar diferenças sem amparo legal.

Pesa, ainda, contra a tese da negação,

um incômodo dado empírico. O Judiciário é o único Poder que arrecada para os cofres públicos. Segundo o relatório Justiça em Números 2025, do Conselho Nacional de Justiça, em 2024 a Justiça recolheu, em custas, cerca de R\$ 79 bilhões, o equivalente a mais da metade de tudo o que custou. É ironia eloquente: justamente o Poder que mais devolve recursos ao Estado é aquele a quem se quer negar o direito de reaver os próprios atrasados.

A persistir essa lógica, chegaremos a um resultado curioso, para não dizer absurdo: a magistratura brasileira será a única categoria sobre a face da Terra a quem se negará o direito de receber verbas atrasadas sem que isso, por si só, vire acusação. Um credor que, ao reaver o seu, se transforma em réu da opinião pública. Inversão perfeita, na qual o devedor moroso se faz vítima e o credor lesado se faz vilão.

Já sustentei isto, há alguns anos, em texto bem mais longo[1]. Volto ao tema não por teimosia, mas porque a fake news, como erva daninha, rebrota a cada estação. E contra ela só há um herbicida: a palavra exata. Salário é o que se recebe por mês trabalhado. O que se recebe, com atraso, por anos de direito sonegado, tem outro nome. Chamá-lo de salário não é informar. É, no sentido mais literal e contemporâneo da expressão, fake news.

[1] BUHATEM, Marcelo. **Dívida trabalhista não é subsídio**. Jurinews, 20 fev. 2022. Disponível em: <https://jurinews.com.br/opiniao/divida-trabalhista-nao-e-subsidio>. Acesso em: 9 jun. 2026

***Maranhense. Desembargador do TJRJ desde 2010, integrante da 1ª Câmara de Direito Privado. Compôs por cinco anos a Seção de Direito Civil. Foi, por vinte anos, membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, três deles em Promotoria de Direito do Consumidor. Presidiu, por três anos, a Associação Nacional de Desembargadores.**

CORREIO ECONÔMICO

DA
REDAÇÃO

Tânia Rêgo/Agência Brasil



Reguladora projeta aumentar fiscalização em 40%

Em três meses, ANP fez 21 autuações por preço abusivo

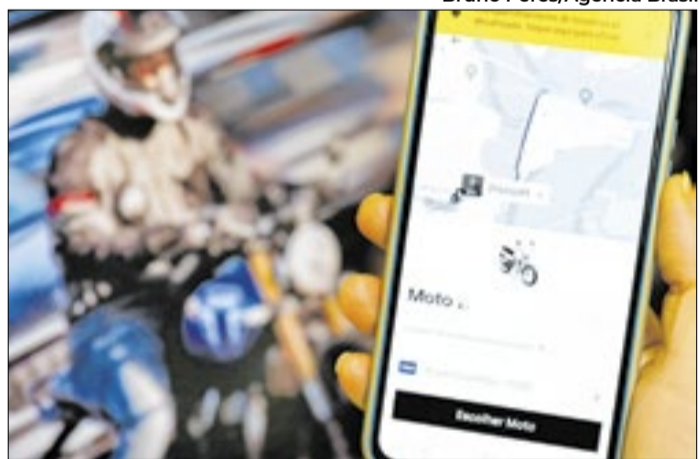
A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), reguladora do setor no país, realizou 2.111 fiscalizações em postos de combustíveis, transportadoras e distribuidoras nos últimos três meses. As ações terminaram com 21 autos de infração por indícios de elevação abusiva de preços. Isso representa uma em cada 100 vistorias. De acordo com os dados divulgados nesta sexta-feira (12) pela ANP, de 9 de março e 3 de junho, os autos por preço abusivo foram emitidos contra 16 distribuidoras de combustíveis localizadas em São Paulo, no Distrito Federal, Paraná e Rio de Janeiro; e cinco contra revendas de gás liquefeito de petróleo (GLP), conhecido como gás de cozinha no Ceará e no Pará.

Produção de automóveis em alta

A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) divulgou os dados de produção e vendas para o mês de maio. Foram fabricados 253,5 mil veículos e emplacados 274,7 mil.

O único segmento que não apresentou alta registrada na produção foi o de caminhões e ônibus, para o qual há expectativa de aumento de vendas com os subsídios do programa Move Brasil 2.

Bruno Peres/Agência Brasil



OIT aprova acordo

Condições a trabalhadores de apps

Os estados-membros da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovaram, nesta sexta-feira (12), um inédito acordo para promover o trabalho decente nas plataformas digitais.

A nova Convenção Internacional Sobre o Trabalho Decente na Economia de Plataformas é uma tentativa da OIT de estabelecer um primeiro conjunto de regras mínimas globais para proteger prestadores de serviço contratados por meio de aplicativos digitais que conectam clientes a profissionais autônomos.

Ministro da Fazenda teme pauta-bomba

O compromisso do governo federal atualmente é não deixar que o espírito eleitoral e as demandas que aparecem dos diversos setores tomem conta da agenda econômica nacional e prejudiquem o país, afirmou o ministro da Fazenda, Dario Durigan. O termo pauta-bomba se refere a um projeto de lei ou uma matéria do Legislativo que cria despesas de valores altos.

Sensor de freio I

Pesquisadores de universidades, institutos de pesquisa e empresas do setor automotivo desenvolvem, aqui no Brasil, um sensor nacional para sistemas de frenagem automática, que será obrigatório em todos os veículos fabricados a partir de 1º de janeiro de 2029. A tecnologia é um sensor de radar.

Sensor de freio II

Esse sistema vai reforçar a segurança dos veículos ao viabilizar recursos como frenagem automática e assistência de permanência em faixa.

A obrigatoriedade do Adas nos carros fabricados a partir de 2029 é uma resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), órgão vinculado ao Ministério dos Transportes.

Transnordestina I

A Ferrovia Transnordestina alcançou um recorde em sua construção ao registrar o maior ritmo diário de montagem desde o início das obras, no último domingo. As equipes concluíram 1,69 quilômetro de ferrovia em um único dia, durante a instalação de 3,36 quilômetros de trilhos, em Quixeramobim (CE).

Transnordestina II

Segundo o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, a obra já tem mais 100 quilômetros de ferrovia concluída, de um total de mais de 1.200 quilômetros de malha ferroviária. Atualmente, a primeira fase da Transnordestina está com cerca de 81% de execução e a expectativa é concluir essa etapa em 2027.

Transnordestina III

O vice-presidente Geraldo Alckmin disse nesta sexta-feira (12) que vai defender, junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), a retomada das obras da ferrovia Transnordestina no trecho entre Salgueiro e o Porto de Suape. O percurso fica entre os municípios pernambucanos de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho.

Transnordestina IIII

Em maio, a corte suspendeu a contratação das obras do trecho até a apresentação de estudos que indiquem a viabilidade do empreendimento. O pedaço da malha ferroviária foi retomado como obra pública depois de ter sido devolvido pela Transnordestina Logística S.A. (TLSA), em 2022.



A informação está no boletim Focus desta segunda-feira (16)

Mercado eleva previsão da Selic para 13,75% ao ano

Expectativa de inflação subiu pela 14ª semana seguida para 5,3%

Da Redação

Pela segunda semana seguida, às vésperas da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), o mercado financeiro elevou a estimativa para a taxa básica de juros, a Selic. A previsão dos analistas para os juros, até o final de 2026, passou de 13,5% ao ano para 13,75% ao ano. A informação está no boletim Focus desta segunda-feira (16), pesquisa divulgada semanalmente pelo BC com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2027 e 2028, a projeção é que a Selic seja reduzida para 12% ao ano e 10,25% ao ano, respectivamente. Em 2029, a taxa, que é o principal instrumento do BC para controlar a inflação, deve chegar a 10% ao ano.

O Copom faz, nesta semana, nova reunião para decidir sobre a Selic e a previsão do mercado financeiro é que ela seja mantida em 14,5% ao ano neste encontro. Na última reunião, em abril, por unanimidade, o colegiado reduziu a Selic em 0,25 ponto percentual, pela segunda vez seguida, apesar das tensões em torno da guerra no Oriente Médio.

De junho de 2025 a março deste ano, a Selic ficou em 15% ao ano, o maior nível em quase 20 anos. O Copom voltou a cortar os juros num cenário de queda da inflação, no entanto, a guerra no

Oriente Médio impactou a economia do país, com o aumento dos preços de combustíveis e de alimentos pressionando a inflação. Quando a Taxa Selic é reduzida, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, diminuindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

Quando o Copom aumenta a Selic, a finalidade é conter a demanda aquecida, o que causa reflexos nos preços, porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Assim, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Os bancos ainda consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referência oficial da inflação no país, passou de 5,11% para 5,3% este ano. Com as pressões econômicas da guerra no Oriente Médio, a previsão para o IPCA deste ano foi elevada pela décima quarta semana seguida, estourando o intervalo da meta que deve ser perseguida pelo BC.

Estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior, 4,5%.

União paga R\$ 834 mi em dívidas de estados e municípios

Valor é referente ao mês de maio. Em 2026, o montante já chega a R\$ 2,2 bilhões

A União pagou R\$ 834,8 milhões em dívidas atrasadas de estados e municípios em maio deste ano, segundo o Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito e Recuperação de Contragarantias, divulgado nesta segunda-feira (15) pelo Tesouro Nacional. Em 2026, o valor já chega a R\$ 2,2 bilhões de dívidas de entes federados honradas pela União.

Os estados que precisaram de cobertura do Tesouro Nacional no mês passado foram:

- Rio de Janeiro: R\$ 619,61 milhões;
- Rio Grande do Sul: R\$ 212,36 milhões; e
- Rio Grande do Norte: R\$ 2,66 milhões.

Em relação aos municípios, tiveram a dívida paga pela União as prefeituras de Paranã (TO), com R\$ 99,88 mil, e Santanópolis (BA), com R\$ 67,91 mil.

Desde 2016, a União pagou R\$ 88,73 bilhões em dívidas garantidas. Além do relatório mensal, o Tesouro Nacional disponibiliza os dados no Painel de Garantias Honradas.

As garantias representam os ativos oferecidos pela União – representada pelo Tesouro Nacional – para cobrir eventuais calotes em empréstimos e financiamentos dos estados, municípios e outras entidades com bancos nacionais ou instituições estrangeiras, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Como garantidora das operações, a União é comunicada pelos credores de que não houve a quitação de determinada parcela do contrato.

Recuperação de garantias

Caso o ente não cumpra suas obrigações no prazo estipulado, o Tesouro compensa os calotes, mas desconta o valor coberto de repasses federais ordinários – como receitas dos fundos de participação e compartilhamento de impostos, além de impedir novos financiamentos. Sobre as obrigações em atraso incidem

ainda juros, mora e outros encargos previstos nos contratos de empréstimo, também pagos pela União.

Há casos, entretanto, de bloqueio na execução das contragarantias pela adoção de regimes de recuperação fiscal, por meio de decisões judiciais que suspenderam a execução ou por legislações de compensação das dívidas. Dos R\$ 88,73 bilhões honrados pela União, cerca de R\$ 80,96 bilhões se enquadram nessas situações.

Desde 2016, a União recuperou R\$ 6,04 bilhões em contragarantias. Os maiores valores são referentes a dívidas pagas pelos estados do Rio de Janeiro (R\$ 2,77 bilhões) e de Minas Gerais (R\$ 1,45 bilhão), além de outros estados e municípios. Algumas dessas contragarantias, entretanto, foram restituídos aos referidos entes por força de decisão judicial.

Em 2026, o Tesouro já recuperou R\$ 118,04 milhões em contragarantias.

Propag

Até o fim do ano passado, os estados puderam aderir ao Programa de Pleno Pagamento da Dívida dos Estados (Propag), que prevê uma série de condições, como venda de ativos à União e um plano de corte de gastos para a liberação de até R\$ 20 bilhões em investimentos pelos estados.

O Propag prevê descontos nos juros e parcelamento do saldo das dívidas estaduais em até 30 anos. Em troca, os estados que aderirem vão aportar recursos para o Fundo de Equalização Federativa (FEF), que distribuirá dinheiro para todos os estados que aderirem, mesmo os que não tiverem débitos com a União, para investimentos em educação, segurança pública, saneamento, habitação, transportes e outras áreas.

Após o Congresso derrubar os vetos ao Propag, no fim de novembro, 22 estados aderiram ao programa. Das unidades da Federação, só o Distrito Federal, o Mato Grosso, Pará, Paraná e Santa Catarina não ingressaram na renegociação especial.



Desde 2016, a União pagou R\$ 88,73 bilhões em dívidas garantidas

CAMPANHA

Abrace a ABI

Há 118 anos, a **Associação Brasileira de Imprensa** (ABI) está presente nas principais lutas democráticas do país.

Agora, a ABI convida jornalistas, comunicadores e toda a sociedade a participar da campanha **Abrace a ABI**, uma iniciativa de apoio à entidade.

A ABI precisa de você para fortalecer sua sustentabilidade financeira e seguir na defesa da liberdade de imprensa, dos direitos humanos, da democracia e da soberania do Brasil.

Apoie. Compartilhe. Fortaleça a ABI.

Contribua via Pix
campanha@abi.org.br



Associação
Brasileira de
Imprensa
www.abi.org.br



JORNAL DO SERVIDOR

ANDRE SOUZA
JOÃO COCKELL

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Lula e o presidente do IBGE, Marcio Pochmann

Servidores do IBGE alertam para perda de autonomia

Servidores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgaram documento em que manifestam preocupação com mudanças na estrutura de governança do órgão. Segundo eles, a indicação direta do presidente pelo Poder Executivo enfraquece a independência institucional, motivo pelo qual defendem a adoção de uma lista tríplice escolhida internamente para a nomeação do comando da entidade. O texto também aponta a retirada de quadros técnicos de áreas estratégicas, inclusive no processo de atualização das Contas Nacionais, o que poderia comprometer a credibilidade das estatísticas oficiais. O grupo ainda alerta para possíveis riscos ao controle e à proteção de dados sigilosos de cidadãos e empresas coletados pelo instituto.

Caso Refit: Ações contra fiscais da ANP

Sindicatos que representam servidores da Agência Nacional do Petróleo (ANP) divulgaram nota em defesa da atuação técnica da autarquia após fiscalização da Refinaria de Petróleos de Manguinhos (Refit), no RJ. As entidades afirmam que os servidores atuaram dentro de suas atribuições legais e criticam tentativas de descredibilizar o trabalho da agência. A manifestação ocorre em meio à disputa envolvendo a interdição da refinaria e ações movidas contra fiscais da ANP.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Inep: avaliação pode ser utilizada por estados e municípios

Prova Nacional Docente (PND) 2026

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) publicou o edital da Prova Nacional Docente (PND) 2026, avaliação que poderá ser utilizada por estados e municípios em concursos e processos seletivos para professores da educação básica pública. Podem participar concluintes de cursos de licenciatura e profissionais já formados. As oportunidades abrangem áreas como Matemática, Pedagogia, Biologia, História, Geografia e Letras. As inscrições estarão abertas de 22 de junho a 3 de julho, com aplicação das provas em 20 de setembro.

Mais de 8 mil vagas no IBGE

O IBGE abriu processo seletivo simplificado com 8.238 vagas temporárias para atuação no Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola. As oportunidades são para candidatos com ensino médio completo, com salários entre R\$ 2.128 e R\$ 4.008, além de benefícios. As inscrições seguem até 1º de julho pelo Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação (IBFC). A prova objetiva está prevista para 27 de setembro.

Greve I

A greve dos servidores de Taubaté chegou na sua terceira semana nesta segunda-feira (15). A paralisação segue tendo reflexos nos serviços essenciais da cidade, como saúde e educação. Foi identificado que o sistema escolar está contando com auxiliares e alunos, mas continua sem atividades pedagógicas.

Greve II

Ainda nesta segunda-feira, servidores municipais realizaram um novo protesto em frente ao Palácio do Bom Conselho. Também estava prevista uma audiência com a Prefeitura e o Sindicato dos Servidores Municipais, com o objetivo de conciliação e de tentar chegar ao acordo para o fim da paralisação.

TSE I

A decisão de criar um grupo de trabalho que estabeleça critérios sobre o uso das redes sociais por servidores e colaboradores do TSE durante o período eleitoral causou incômodo. Foi determinado um prazo de 30 dias para que um relatório seja elaborado para ser usado de base para a elaboração da norma.

TSE II

Para parte dos servidores, os problemas relacionados ao funcionamento da Justiça Eleitoral não estão no trabalho realizado pelos técnicos responsáveis pelas eleições anteriores e pela confiança no sistema de votação. Entre os funcionários, a medida tem sido vista como uma tentativa de restringir manifestações políticas dos servidores.

Gratificação I

O TCU criou uma gratificação para servidores que exercem atividades consideradas de alta complexidade técnica, fiscalização e gestão institucional. O benefício começa a ser pago neste mês e terá valor variável de acordo com o cargo ocupado, podendo representar de 6% a 15% da remuneração mensal.

Gratificação II

A gratificação segue modelo já adotado por outros órgãos. O ato foi assinado pelo presidente do tribunal, Vital do Rêgo, e pelo vice-presidente, Jorge Oliveira. O documento destaca a produtividade da Corte e sua atuação na fiscalização de recursos públicos, mas não informa o impacto financeiro da medida.



Inclusão no PGPE é uma das reivindicações dos servidores

Servidores de nível médio buscam Plano de Carreiras

Condsef também pede regulamentação de gratificação

Da Redação

A Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef/Fenadsef) encaminhou ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) três ofícios cobrando respostas sobre reivindicações consideradas prioritárias para os servidores administrativos de nível médio do Poder Executivo Federal.

Os documentos tratam de temas ligados à reestruturação de carreira, valorização profissional e remuneração de trabalhadores vinculados ao Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), à tabela da Previdência, Saúde e Trabalho (PST), ao Ministério da Fazenda e a outras carreiras administrativas.

Uma das principais demandas é a realização de uma reunião para discutir a inclusão desses servidores na carreira de Analista Técnico do Poder Executivo (ATPE), criada pela Lei nº 15.367/2026. A Condsef argumenta que muitos profissionais já desempenham atribuições compatíveis com as previstas para a nova carreira e defendem seu enquadramento. Como alternativa, a entidade propõe a criação de uma carreira específica para o segmento.

Outro pedido refere-se à regulamentação da Gratificação Temporária de Execução e Apoio a Atividades Técnicas e Administrativas (GTATA), também prevista na Lei nº 15.367/2026. A confederação solicita a publicação

dos atos normativos necessários para viabilizar o pagamento da gratificação, além da definição dos critérios para sua distribuição.

A entidade também reivindica a instalação de uma mesa específica de negociação para os servidores administrativos de nível médio do Executivo Federal. A proposta é criar um canal permanente de diálogo para tratar de temas como reestruturação salarial, qualificação profissional, desenvolvimento funcional e correção de distorções remuneratórias.

Segundo a Condsef, a ausência de respostas formais e de um espaço institucionalizado de negociação tem ampliado a insatisfação da categoria. A entidade afirma que as mudanças promovidas pela Lei nº 15.367/2026 aprofundaram diferenças salariais entre carreiras do serviço público federal.

Nos ofícios enviados ao MGI, a confederação defende que os servidores administrativos desempenham papel estratégico para o funcionamento da administração pública e precisam ser contemplados nas políticas de valorização do funcionalismo.

A entidade reforçou a importância da mobilização dos trabalhadores e classificou o momento como decisivo para o avanço das negociações. Até o momento, o Ministério da Gestão e da Inovação não havia divulgado posicionamento público sobre os pedidos apresentados pela confederação.

CORREIO PAULISTANO

Divulgação/Alesp



Decisão contra Nunes foi tomada por unanimidade

Justiça anula decreto de Nunes sobre ruídos em obras de SP

O Tribunal de Justiça de SP declarou inconstitucional o decreto municipal que flexibilizava os limites de ruído em obras de construção civil na capital paulista. A decisão foi tomada por unanimidade pelo Órgão Especial da Corte, que entendeu que a norma editada pela gestão do prefeito Ricardo Nunes ultrapassava os parâmetros estabelecidos pela legislação federal. O decreto, em vigor desde 2021, autorizava níveis sonoros superiores aos previstos em normas nacionais para atividades de construção. Na avaliação dos desembargadores, o município não poderia estabelecer regras que contrariassem limites definidos por legislação de alcance federal. O julgamento ocorreu após ação apresentada pelo Ministério Público.

Câmara recebe Virada Feminina

A Câmara Municipal da cidade de São Paulo recebeu um encontro promovido pela Virada Feminina Internacional. Com apoio da vereadora Dra. Sandra Tadeu (PL), a iniciativa reuniu dezenas de pessoas, como lideranças, autoridades e representantes da sociedade civil organizada. O objetivo do encontro foi discutir ações voltadas à autonomia feminina, ao empreendedorismo e, também, ao enfrentamento da violência contra a mulher.

Lucas Bassi / REDE CÂMARA SP



Iniciativa homenageou representante do Rotaract 4563

Câmara recebe Rotaract Club

A Câmara de SP sediou uma solenidade em celebração ao Dia do Rotaract Clube. Proposta pela vereadora Sandra Santana (MDB), a iniciativa homenageou a representante distrital do Rotaract do Distrito 4563, Fernanda Irapoan. O Rotaract é um programa patrocinado pelo Rotary International que reúne jovens a partir de 18 anos com o objetivo de desenvolver habilidades de liderança, ampliar redes de relacionamento e promover transformações sociais nas comunidades de atuação. Os clubes do Rotaract realizam ações voluntárias em várias áreas.

Grupo de 300 ciclistas na Câmara

Mais de 300 ciclistas participaram do 1º "Grande Encontro de Grupos de Pedal" da cidade de São Paulo. A ação aconteceu na Câmara Municipal. O evento reuniu representantes de coletivos da capital e da Região Metropolitana. Durante o encontro, foi realizado o lançamento do Mapa Interativo dos Grupos de Pedal. A iniciativa debateu temas para fortalecer o uso da bicicleta.

Política Urbana

Na próxima quarta-feira (17), a partir das 12h30, a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo irá discutir 14 PLs (Projetos de Lei) em audiência pública. Na lista há propostas relacionadas à limpeza urbana, edificações e regularização fundiária e infraestrutura urbana.

Direitos Humanos

A Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo realiza reunião extraordinária semipresencial nesta terça-feira (16), das 10h30 às 11h30, na Sala Tiradentes, no 8º andar do Legislativo paulistano. A atividade será conduzida pela vereadora Luna Zarattini (PT).

Orçamento

A Comissão Permanente de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo realiza reunião extraordinária semipresencial nesta terça-feira (16), das 10h30 às 11h. A atividade integra a agenda oficial do Legislativo paulistano e será conduzida pelo vereador João Ananias (PT), presidente do colegiado.

Segurança Pública

A Comissão de Segurança Pública da Câmara Municipal de SP realiza reunião extraordinária semipresencial nesta terça-feira (16), das 12h30 às 14h, no Auditório Prestes Maia, localizado no 1º andar da Casa. A atividade integra a agenda oficial do Legislativo paulistano e será conduzida pela vereadora Amanda Vettorazzo (União Brasil).

Plenária da Câmara

A Câmara de São Paulo realiza sessão ordinária nesta terça-feira (16), a partir das 15h. Após o encerramento dos trabalhos, poderão ser realizadas sessões extraordinárias para apreciação de matérias em pauta. A atividade integra a agenda oficial do Legislativo paulistano e será conduzida pela Presidência da Casa.

CPI do Jockey

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura questões relacionadas ao Jockey Club de SP realiza reunião ordinária semipresencial nesta terça-feira (16), das 13h às 15h. A atividade integra a agenda oficial da Câmara Municipal de São Paulo e será conduzida pelo vereador Gilberto Nascimento (PL).



Processos poderão ser retomados após cumprir regras

Regras para transferência de táxis são definidas

Portaria estabelece critérios para mudança de titularidade em SP

Da Redação

A Prefeitura de São Paulo publicou uma portaria que regulamenta os pedidos de transferência dos alvarás de estacionamento de táxis na capital. A medida estabelece os critérios que deverão ser observados pelos interessados em assumir a titularidade das permissões, procedimento que havia permanecido suspenso desde abril de 2025 por determinação judicial.

As novas regras foram elaboradas após análises técnicas e jurídicas realizadas pela administração municipal para adequação à legislação federal que voltou a permitir a transferência desses alvarás. Com a regulamentação, os processos poderão ser retomados mediante o cumprimento das exigências previstas pela Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte (SMT).

De acordo com a portaria, a transferência poderá ocorrer tanto para terceiros quanto para sucessores legais em casos de falecimento do titular. Em ambas as situações, o novo responsável deverá atender aos requisitos exigidos para a concessão original da autorização.

Entre as condições previstas está a necessidade de possuir cadastro ativo no ConduTax, documento obrigatório para condutores de táxi na cidade, além de apresentar Carteira Nacional de Habilitação com observação de exercício de atividade remunerada. Também será necessário utilizar veículo homologado pelo Departamento de Transportes

Públicos (DTP) para a categoria correspondente ao alvará solicitado.

A regulamentação determina ainda que características específicas vinculadas ao alvará original deverão ser preservadas. Dessa forma, permissões concedidas para mulheres, pessoas com deficiência ou categorias especiais só poderão ser transferidas para interessados que atendam às mesmas condições exigidas na emissão inicial.

Nos casos de falecimento do titular, o pedido deverá ser protocolado pelo inventariante ou por um dos sucessores legais em até um ano após a morte. Enquanto o processo de inventário não for concluído, poderá ser indicado um responsável temporário para exercer os direitos relacionados ao alvará, incluindo a atuação como motorista/preposto.

Outra regra prevê que o ponto de estacionamento vinculado ao táxi poderá ser transferido juntamente com o alvará. Para isso, será necessário comprovar que o ponto está associado à autorização há pelo menos dois anos, além de demonstrar que o titular permanece em situação regular perante o sistema municipal de transporte.

Os pedidos deverão ser encaminhados ao Departamento de Transportes Públicos, responsável por definir os procedimentos administrativos, a documentação necessária e as etapas para análise das solicitações. Segundo a Prefeitura, a regulamentação busca dar segurança jurídica aos processos e estabelecer critérios para futuras transferências.

São Paulo lidera América do Sul em ranking de inovação

Capital paulista entra entre as 100 cidades mais inovadoras do mundo e supera rivais

A cidade de São Paulo passou a integrar o grupo das 100 cidades mais inovadoras do mundo em um ranking internacional que avalia ecossistemas de inovação, desenvolvimento tecnológico, ambiente de negócios e capacidade de atrair investimentos. Com o resultado, a capital paulista aparece à frente de centros urbanos tradicionalmente associados ao tema da inovação, como Milão, Miami e Hamburgo; além disso, SP assume a liderança entre as cidades da América do Sul.

Levantamento

O levantamento considera uma série de indicadores relacionados à atividade econômica, presença de startups, infraestrutura tecnológica, formação de talentos, pesquisa científica, empreendedorismo e capacidade de transformação digital. A classificação também analisa fatores que influenciam

a competitividade das cidades em escala global, incluindo investimentos em tecnologia, ambiente regulatório e conexão com mercados internacionais.

Polo de inovação

De acordo com os dados do estudo, São Paulo consolidou sua posição como principal polo de inovação da América Latina ao concentrar uma parcela significativa das startups brasileiras, além de reunir universidades, centros de pesquisa, aceleradoras, fundos de investimento e grandes empresas de tecnologia. A cidade também se destaca pela capacidade de atrair profissionais qualificados e empresas interessadas em expandir operações na região.

O desempenho da capital paulista reflete a relevância econômica do município no cenário nacional. Maior centro financeiro do país, São Paulo abriga sedes de empresas na-



Levantamento considera indicadores como atividade econômica, startups e infraestrutura

cionais e multinacionais, além de um ecossistema de inovação que vem ampliando sua participação em segmentos como inteligência artificial, computação em nuvem, fintechs, saúde digital, mobilidade urbana e, também, diversas soluções voltadas à sustentabilidade.

Crescimento

Nos últimos anos, a cidade também registrou crescimento no número de empresas de base tecnológica e de investimentos destinados ao desenvolvimento de novos produtos e serviços. A presença de hubs de inovação e espaços voltados ao empreendedorismo tem contribuído para a formação de um ambiente considerado favorável ao surgimento de novos negócios e à conexão entre universidades, empresas e investidores.

Especialistas apontam que a posição alcançada por São Paulo acompanha uma tendência

observada em grandes centros urbanos ao redor do mundo, nos quais inovação e tecnologia passaram a desempenhar papel estratégico para a geração de empregos, aumento da produtividade e atração de capital. Nesse contexto, cidades capazes de reunir infraestrutura, mão de obra qualificada e ambiente favorável ao empreendedorismo tendem a ganhar relevância nos rankings internacionais.

Classificações globais

Além do reconhecimento na área de inovação, São Paulo vem acumulando presença em diferentes classificações globais relacionadas à competitividade, qualidade de serviços urbanos, turismo, investimentos e influência econômica. Estudos recentes também posicionaram a capital entre as cidades mais relevantes da América Latina para negócios, cultura e desenvolvimento tecnológico.

A inclusão entre as 100 cidades mais inovadoras do mundo reforça a projeção internacional da capital paulista e evidencia o papel da cidade como principal referência sul-americana em tecnologia e empreendedorismo. O resultado coloca SP ao lado de alguns dos mais importantes polos globais de inovação e amplia sua visibilidade entre empresas, investidores e instituições que buscam oportunidades emergentes.

A classificação também é acompanhada por indicadores relacionados à conectividade, transformação digital e capacidade de adaptação às mudanças econômicas e tecnológicas. Para analistas, a presença de São Paulo no ranking pode contribuir para fortalecer a imagem da cidade no cenário internacional, ampliando oportunidades de cooperação com centros de inovação de outros países, favorecendo a atração de novos investimentos.

Prefeitura de SP lança plataforma para acelerar aprovação de obras e construções

Reprodução/Magnific

A Prefeitura de São Paulo lançou a plataforma Licencia Sampa, um novo sistema digital criado para simplificar e acelerar os processos de licenciamento edilício, procedimento necessário para obter autorizações relacionadas a obras, reformas e construções na cidade. A iniciativa faz parte da estratégia municipal de modernização dos serviços públicos e busca reduzir etapas burocráticas para cidadãos e profissionais do setor da construção civil.

A nova ferramenta reúne em um único ambiente digital serviços que antes estavam distribuídos em diferentes sistemas. Com isso, arquitetos, engenheiros, proprietários de imóveis e empresas poderão acompanhar solicitações, enviar documentos e consultar informações de forma mais simples e centralizada.

Segundo a Prefeitura, a plata-

forma foi desenvolvida para tornar mais ágil a análise de pedidos relacionados à emissão de alvarás, certificados e demais autorizações exigidas para construções e reformas. O objetivo é reduzir o tempo gasto em procedimentos administrativos e oferecer mais transparência sobre o andamento dos processos.

O Licencia Sampa também faz parte do movimento de digitalização dos serviços da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL). Nos últimos anos, a Prefeitura tem ampliado o uso de ferramentas eletrônicas para permitir que solicitações sejam feitas pela internet, diminuindo a necessidade de atendimento presencial e de entrega física de documentos.

A Prefeitura afirma que a integração dos serviços em uma única plataforma deve facilitar a rotina



Para aprovação, projetos precisam seguir regras urbanísticas

dos profissionais que atuam com aprovação de projetos. Além disso, a expectativa é que a concentração das informações em um único sistema reduza erros, retrabalho e a complementação de documentos.

Entre os processos que dependem desse tipo de autorização estão construções de novos imóveis, ampliações, reformas, regularizações e outras intervenções em edificações. Para obter a aprovação municipal,

os projetos precisam atender às regras urbanísticas e aos requisitos previstos na legislação da cidade.

A administração municipal destaca que a plataforma foi planejada para acompanhar as mudanças recentes na legislação e nos modelos de análise adotados pelo município. A medida busca dar mais rapidez à emissão de documentos sem alterar as exigências técnicas e legais que precisam ser cumpridas pelos responsáveis pelos projetos.

Com o lançamento do Licencia Sampa, a Prefeitura de São Paulo pretende ampliar a digitalização dos serviços ligados à aprovação de obras e construções, oferecendo uma experiência mais simples para os usuários e maior eficiência na gestão dos processos administrativos. A expectativa é que a ferramenta contribua para reduzir prazos.

CORREIO GRANDE SP

Divulgação/Prefeitura de Barueri



O InovaCidade valoriza projetos sobre a vida urbana

Projeto de Barueri é destaque no prêmio InovaCidade 2026

Barueri participa, nesta terça e quarta-feira (16 e 17), das cerimônias do Prêmio InovaCidade 2026, do Instituto Smart City Business America. A premiação reconhece iniciativas, ações e lideranças que geram impacto positivo e sustentável na qualidade de vida urbana. O evento destaca soluções e modelos inovadores para a transformação das cidades em ambientes mais inteligentes, humanos e resilientes. A Secretaria de Inovação e Tecnologia (SIT) inscreveu o projeto "Conexão Gratuita: Wi-Fi Público + Internet Social", que colocou Barueri na nona posição entre 47 projetos apresentados por outros municípios. O prêmio foi criado para reconhecer projetos que apresentam soluções inovadoras e eficazes para os desafios urbanos.

Prêmio por liderança feminina

O município também foi contemplado com o Prêmio InovaCidade Liderança Feminina, categoria voltada ao reconhecimento de mulheres que lideram iniciativas e projetos com impacto nas cidades. Representando Barueri, a vice-prefeita e secretária de Assistência e Desenvolvimento Social, Cláudia Marques, receberá a homenagem. As premiações acontecerão no Pavilhão Branco do Expo Center Norte, na Vila Guilherme, em São Paulo.

Divulgação/Prefeitura de Cotia



A empresa realizará a devolução dos valores cobrados

Cotia notifica Viação Raposo Tavares

Cotia, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Mobilidade, notificou a Viação Raposo Tavares após identificar irregularidades na operação do sistema de bilhetagem eletrônica do transporte coletivo municipal. Segundo o Órgão, após a entrada em vigor do Decreto 9.616, o sistema passou a descontar de forma irregular R\$7,50 por viagem dos usuários que já possuíam créditos eletrônicos no cartão de vale-transporte. A Prefeitura considerou que a medida afronta a boa-fé, a transparência e a confiança dos usuários do serviço.

Determinação da Secretaria

A Secretaria Municipal de Mobilidade determinou que a concessionária ajuste o sistema para que os créditos adquiridos antes do reajuste continuem sendo debitados pelo valor de R\$ 5,30. A empresa também deverá identificar os usuários afetados, devolver os valores cobrados indevidamente por meio de recreditação nos cartões e apresentar um relatório sobre o caso em até 24 horas.

Santo André

A Câmara de Santo André realizará, nesta sexta-feira (19), uma audiência pública para debater o Novo Plano Diretor. O encontro acontecerá no Plenário da Casa e tem como objetivo discutir propostas e diretrizes relacionadas ao planejamento urbano da cidade, reunindo representantes do poder público e a população.

São Caetano I

O presidente da Câmara de São Caetano do Sul, Doutor Seraphim (PL), apresentou indicação que sugere a realização de estudos para estabelecer, na rede pública de educação básica, políticas de prevenção à violência contra a mulher, promovendo respeito aos direitos, à igualdade de gênero e à dignidade.

São Caetano II

Segundo o parlamentar, a escola tem papel fundamental no combate à violência contra a mulher e na promoção de uma cultura de respeito. Ele defende que a Secretaria de Educação implemente ações voltadas à conscientização e à capacitação de educadores para identificar e prevenir casos de violência.

Guarulhos

A Comissão de Meio Ambiente da Câmara de Guarulhos aprovou parecer favorável ao Projeto de Lei 89/2026, que cria o Programa Imóvel Regular. A proposta estabelece regras para regularizar edificações construídas em desacordo com a legislação urbanística. O texto segue para análise de outras comissões antes de ir ao Plenário.

Osasco

Osasco realizou, nesta segunda-feira (15), uma Audiência Pública que debateu o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 2027. O objetivo da audiência foi apresentar e discutir os principais pontos do projeto, que funciona como um pré-orçamento para 2027, definindo investimentos.

Carapicuíba

Carapicuíba abriu as inscrições para a escolha dos representantes que irão compor o Conselho Municipal de Habitação (CMH). O processo busca ampliar a participação da população nas políticas habitacionais. As inscrições seguem até 30 de junho e podem ser feitas presencialmente ou de forma on-line.



10 bilhões de litros de esgoto recebem tratamento adequado

Grande São Paulo avança na despoluição

Água dos rios Tietê e Pinheiros melhora com saneamento

Da Redação

Os rios Tietê e Pinheiros cruzam São Paulo e são alimentados por córregos e afluentes. Ambos estão poluídos há décadas, principalmente devido ao esgoto in natura despejado diariamente em seus leitos. Com o objetivo de despoluir os rios, o Governo de São Paulo tem investido na ampliação do saneamento básico nos municípios da Grande SP.

Desde 2024, cerca de 10 bilhões de litros de esgoto passaram a receber tratamento adequado e deixaram de ser despejados em rios e mananciais. O volume equivale a cerca de 4 mil piscinas olímpicas de dejetos que deixaram de ser lançados na natureza.

A despoluição dos rios e mananciais da Grande São Paulo faz parte do programa Integra Tietê, desenvolvido pelo Governo do Estado em parceria com a Sabesp. O programa prevê a ampliação da coleta e do tratamento de esgoto. Na região metropolitana, estão em andamento 42 conjuntos de obras, incluindo novas tubulações, estações de bombeamento e a ampliação de Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs).

Dados da Cetesb mostraram melhora na qualidade da água dos rios Pinheiros e Tietê nos últimos dois anos. No Pinheiros, houve redução da concentração de matéria orgânica em três dos quatro pontos monitorados. Já no Rio Tietê, a carga de poluição

transportada teve queda de 219 para 173 toneladas diárias.

Expansão

Desde 2024, 16 Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) foram entregues, outras seis passam por ampliação e cerca de 800 quilômetros de redes coletoras foram implantados, ampliando o acesso ao saneamento básico para aproximadamente 3,8 milhões de pessoas. A expansão da rede em áreas rurais e informais também tem contribuído para diminuir a poluição dos córregos e mananciais que abastecem a Grande SP.

Visitas técnicas

O Governo de São Paulo lançou o programa Na Rota da Água, que acompanha obras de saneamento em cidades da Grande São Paulo. Entre as entregas já realizadas estão intervenções em Itapeverica da Serra, Embu das Artes e Embu-Guaçu, além de novas ETEs em Caieiras e Franco da Rocha. O programa também contempla um Sistema de Esgotamento Sanitário que atende Francisco Morato.

As obras receberam R\$ 168 milhões de aporte e devem beneficiar 127 mil pessoas na região, por meio da ampliação do tratamento de esgoto e da redução da poluição em rios e córregos. As intervenções incluem novas estruturas de saneamento e a expansão da rede de esgotamento em cidades da Grande São Paulo.

CORREIO PAULISTA

Reprodução/YouTube Veja+



Tarcísio e Haddad participaram de evento da revista Veja

Haddad critica privatização da Sabesp em São Paulo

Fernando Haddad (PT), pré-candidato ao governo de São Paulo, criticou nesta segunda-feira (15) a privatização da Sabesp durante evento "Veja Rumos do Brasil", promovido pela revista Veja, na capital. Ao lado do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), o ex-ministro da Fazenda de Lula afirmou que a venda da companhia ocorreu com critérios "opacos" e sem concorrência suficiente. Haddad questionou cláusulas do processo de desestatização e disse que contratos da atual gestão, incluindo os da Sabesp, poderão ser reavaliados caso seja eleito. Também negou que o PT seja contrário a concessões e citou ações do governo federal na área de infraestrutura.

Tarcísio defende a privatização

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), que busca a reeleição, defendeu a privatização da Sabesp durante evento da revista Veja. Ele afirmou que o debate sobre concessões não deve ser guiado por questões ideológicas, mas por resultados. Como exemplo, citou o avanço do tratamento de esgoto em Guarulhos. Tarcísio também fez críticas ao governo Lula e afirmou que o país perde oportunidades em áreas como energia, biocombustíveis e inovação.

Divulgação/AgênciaSP



Investigação ainda depende de assinaturas na Alesp

PT pede CPI sobre Muralha Paulista

O deputado estadual Antonio Donato (PT) apresentou um pedido de abertura de CPI na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) para investigar contratos relacionados ao programa Muralha Paulista, iniciativa de videomonitoramento da gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). O parlamentar questiona a contratação de serviços e equipamentos por meio da Prodesp, com valor estimado em cerca de R\$ 475 milhões, e aponta possível uso da estatal para viabilizar aquisições sem concorrência pública. A proposta de CPI ainda depende da coleta de assinaturas na Alesp.

Projeto após tragédia em Limeira

O deputado federal Bruno Ganem (Podemos-SP) apresentou o PL 3.096/2026, que cria normas nacionais de segurança para esportes de aventura e turismo de alto risco. A proposta foi motivada pela morte de uma jovem durante um salto de rope jump em Limeira (SP). O texto exige cumprimento de normas da ABNT, dupla checagem dos equipamentos, seguro obrigatório e prevê multas de até R\$ 500 mil.

Linha 6 Metrô I

O Governo de SP afirmou nesta segunda-feira (15) que é falsa a informação de que Tarcísio de Freitas (Republicanos) tenha decretado sigilo de 100 anos sobre contratos da Linha 6-Laranja do Metrô. A manifestação ocorreu após declaração do pré-candidato ao governo paulista, Fernando Haddad (PT), no evento da revista Veja.

Linha 6 Metrô II

O Governo prevê a entrega da primeira parte da Linha 6-Laranja do Metrô, conectando a estação João Paulo I até Perdizes neste mês de junho, expandindo para chegar até a Brasilândia no final do ano. O trecho restante, estendendo-se até a estação São Joaquim, tem inauguração completa projetada para

Intolerância

A Alesp promoveu nesta segunda-feira (15) um encontro para debater o combate à intolerância e aos discursos de ódio. O debate foi proposto pelo deputado Carlos Giannazi (PSOL) e reuniu especialistas, juristas e a sociedade civil para discutir prevenção, responsabilização e enfrentamento de práticas discriminatórias.

Alzheimer

O deputado estadual, Rafa Zimbaldi (União Brasil) protocolou na Alesp o Projeto de Lei nº 394/2026, que institui o Cordão de Identificação da Pessoa com Alzheimer. O objetivo é ampliar a segurança de cidadãos que convivem com a doença, facilitando a identificação em situações de desorientação, além do contato com familiares.

Alerta do TCE

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) emitiu um alerta aos prefeitos e agentes públicos municipais sobre a necessidade de implementação imediata de políticas e protocolos voltados à proteção integral de crianças e adolescentes no ambiente digital. As medidas devem estar atreladas aos Orçamentos.

Sócrates

A Assembleia Legislativa de São Paulo concedeu, postumamente, o Colar de Honra ao Mérito Legislativo a Sócrates, maior honraria da Casa. A cerimônia reuniu familiares e contou com a presença de seu irmão, Raí. A homenagem destacou sua trajetória no futebol, na Democracia Corinthians e nas Diretas Já.



Lula disse que é melhor devolver celular roubado nos Correios

Delegados repudiam fala de Lula sobre celulares

Sindpesp afirma que declaração desacredita delegacias e policiais

Andre Souza

O Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Sindpesp) divulgou nesta segunda-feira (15) uma nota pública de repúdio às declarações do presidente Lula sobre a devolução de celulares roubados ou furtados. A entidade afirma que as falas do chefe do Executivo desacreditam as delegacias de polícia e os profissionais da Polícia Civil, além de gerar desconfiança na população em relação às instituições responsáveis pela investigação criminal.

A manifestação foi publicada após Lula anunciar, na semana passada, um conjunto de medidas voltadas ao combate da receptação de celulares durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável. Na ocasião, o presidente afirmou que o governo federal possui um banco de dados com cerca de 2,5 milhões de aparelhos registrados como roubados ou furtados e pretende ampliar as ações para recuperar esses equipamentos.

Ao apresentar a proposta, Lula declarou que "rico não compra telefone roubado, mas pobres compram" e argumentou que muitas pessoas acabam adquirindo aparelhos de origem ilícita por desconhecerem sua procedência. Segundo o presidente, o objetivo do programa é interromper a cadeia econômica que alimenta roubos e furtos de celulares no país.

Uma das medidas em estu-

do pelo Ministério da Justiça é permitir que os aparelhos sejam devolvidos diretamente aos Correios. A proposta busca incentivar a entrega espontânea dos equipamentos após o recebimento de notificações enviadas pelo governo. Lula justificou a iniciativa afirmando que parte da população tem receio de comparecer a delegacias para regularizar a situação dos aparelhos. Foi justamente esse trecho da fala que provocou a reação de entidades representativas da Polícia Civil. Em nota, o Sindpesp ratificou integralmente posicionamento divulgado pela Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol do Brasil) e classificou as declarações como "injustas e generalizadas".

Para o sindicato, "as afirmações colocam sob suspeita instituições e profissionais que desempenham funções essenciais à segurança pública". A entidade destaca que "delegados e policiais civis atuam diariamente na investigação criminal, na recuperação de bens subtraídos, na responsabilização de infratores e na proteção da população".

O documento também ressalta que "as delegacias constituem uma importante porta de acesso à Justiça e à proteção estatal". Segundo o Sindpesp, "declarações dessa natureza podem gerar insegurança e desconfiança na sociedade, além de desconsiderarem os serviços prestados pelas polícias civis brasileiras".

LDO prevê orçamento de R\$ 368,4 bilhões para o Estado em 2027

Projeto destina R\$ 1,29 bi para emendas parlamentares, de livre escolha dos deputados

A Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) deve analisar nesta terça-feira (16), às 14h, o Projeto de Lei 407/2026, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2027. A proposta encaminhada pelo governo estadual serve de base para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) e define metas fiscais, prioridades de governo e parâmetros para a execução do orçamento no próximo ano.

O projeto recebeu mais de 1.500 emendas parlamentares, que são alterações no texto, apresentadas pelos deputados estaduais. As sugestões tratam de alterações em programas, prioridades de investimento, regras de execução orçamentária e destinação de recursos para diferentes áreas da administração pública.

R\$ 368,4 bilhões

De acordo com os anexos da proposta, a previsão para 2027 é de receita total de R\$ 368,4 bilhões, considerando receitas dos regimes previdenciários. As despesas totais estão projetadas no mesmo patamar, em R\$ 368,4 bilhões. O resultado primário previsto é de R\$ 5,9 bilhões. A Receita Corrente Líquida (RCL), utilizada como referência para diversos limites constitucionais e fiscais, está estimada em R\$ 287,7 bilhões.

A LDO também projeta in-



Roberto Navarro / Alesp

Comissão de Finanças analisa LDO 2027 nesta terça-feira(16)

flação medida pelo IPCA de 4% em 2027 e crescimento de 1,8% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, parâmetros utilizados na construção das estimativas de arrecadação e despesas.

Educação

Na área da educação, o projeto mantém a vinculação constitucional (aplicação mínima de 30% da receita resultante de im-

postos) destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino. Entre as metas para 2027 estão atendimento de 1,05 milhão de estudantes em jornada integral, 420 mil matrículas no ensino técnico integrado ao ensino médio, cobertura de internet sem fio e parque tecnológico completo em 5,4 mil escolas estaduais, além de 850 intervenções de infraestrutura na rede estadual de ensino.

No ensino superior, a proposta mantém os repasses às universidades estaduais vinculados a 9,57% da arrecadação do ICMS quota-parte do Estado, além das compensações previstas pela legislação federal.

Saúde

Na saúde, a proposta preserva a destinação de recursos conforme os percentuais constitucionais

(aplicação mínima de 12% da receita de impostos e transferências) e determina que os valores destinados às ações e serviços públicos de saúde sejam executados por meio do Fundo Estadual de Saúde. Também reserva metade das emendas parlamentares individuais para ações e serviços públicos de saúde.

Emendas parlamentares

O texto prevê ainda que as emendas parlamentares individuais correspondam a 0,45% da Receita Corrente Líquida estimada para o exercício. Pelo valor projetado da RCL, isso representa aproximadamente R\$ 1,29 bilhão para execução obrigatória de emendas dos deputados estaduais, sendo metade destinada à saúde.

Outro ponto da proposta é a autorização para abertura de créditos suplementares e remanejamentos orçamentários durante a execução do orçamento de 2027. O projeto também incorpora regras sobre descentralização de créditos entre órgãos estaduais, gestão da dívida pública, política tributária, renúncias fiscais e transferências de recursos para municípios e entidades.

Após a apreciação pela Comissão de Finanças, o parecer do relator será submetido à votação do colegiado. Em seguida, a proposta seguirá para análise do plenário, onde os deputados decidirão sobre a aprovação do texto que orientará a elaboração do orçamento paulista de 2027.

Conexidades reúne políticos em Campos do Jordão

Ana Laura Marciano Lopes/Divulgação

Teve início nesta segunda-feira (15) e segue até quinta-feira (19), em Campos do Jordão, a 9ª edição do Conexidades – Encontro Nacional de Parceiros Públicos e Privados. O evento reúne gestores públicos, parlamentares, representantes de órgãos de controle, empresários e especialistas para discutir temas ligados à administração pública e ao desenvolvimento dos municípios.

Realizado no Campos Hall, o encontro tem como tema “Governança e Inovação Sustentável: Fortalecendo o Desenvolvimento Nacional”. A programação inclui painéis, reuniões institucionais e atividades voltadas à troca de experiências entre representantes do setor público e da iniciativa privada.

Segundo a organização, o evento contará com a presença do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, do vice-governador Felício Ramuth, do ex-presidente Michel Temer, do ministro do Turismo,

Gustavo Feliciano, e do prefeito de Campos do Jordão, Carlos Eduardo Pereira da Silva (Caê). Também participam representantes de entidades municipalistas e integrantes dos governos federal, estadual e municipal.

Ao longo dos quatro dias de programação, os participantes debaterão temas relacionados aos desafios das administrações municipais. Entre os assuntos previstos estão saúde, educação, segurança pública, planejamento urbano, desenvolvimento econômico, reforma tributária e políticas sociais.

A transformação digital está entre os principais eixos do encontro. A agenda inclui discussões sobre inteligência artificial aplicada à gestão pública, uso de dados na formulação de políticas públicas, digitalização de serviços e modernização administrativa. Outro tema presente na programação é a adaptação dos municípios às mudanças climáticas.

O evento também prevê debates

sobre cidades inteligentes e infraestrutura urbana, além de análises sobre o cenário político e econômico e seus impactos nos municípios.

A programação contempla ainda a entrega dos certificados “Município Amigo da Juventude” e “Câmara Parceira da Juventude”, concedidos a administrações municipais e câmaras que desenvolvem ações voltadas à população jovem.

A Feira dos Municípios, destinada à apresentação de projetos, serviços e tecnologias voltados à gestão municipal, deve reunir mais de 120 expositores entre empresas, instituições e órgãos públicos. O Conexidades Mulher também integra a programação, com debates sobre participação feminina na política, empreendedorismo e liderança.

Segundo a organização, a edição de 2025, em Holambra, reuniu mais de 10 mil participantes. A expectativa desse ano é superar o número de gestores participantes.



Edição de 2025 foi realizada na cidade de Holambra

CORREIO DAS REGIÕES

Reprodução Redes Sociais



Miguel Silva morreu no mês de junho, com 1 ano e 2 meses

Sorocaba pede afastamento de conselheiro do caso Miguel

A Corregedoria-Geral de Sorocaba solicitou o afastamento cautelar do conselheiro tutelar que atendeu a ocorrência envolvendo o bebê Miguel Franco Silva, em fevereiro. A medida, já adotada pela Secretaria da Cidadania, tem caráter preventivo e busca evitar interferências na investigação, sem representar punição ou antecipação de julgamento. Em nota, o órgão destacou que o afastamento foi recomendado para garantir a lisura do processo e o bom andamento das apurações. Segundo a Corregedoria, a investigação segue de forma independente até o completo esclarecimento dos fatos e das circunstâncias relacionadas ao caso, incluindo a análise da atuação dos envolvidos durante o atendimento da ocorrência.

Nona reunião da CPI do Banco Master

A Câmara Municipal de São Roque realiza nesta terça (16), às 17h, a nona reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Estão previstas as oitivas de Mauracy Moraes de Oliveira, representante do Conselho Deliberativo do São Roque Prev em 2024; Rogério Aparecido Rosa, do Conselho Fiscal; e Marcos Francisco Jesus Gimenez da Silva, contador do instituto. A sessão será aberta ao público e terá transmissão ao vivo pelos canais da Câmara.

Divulgação



Prefeitura de Ribeirão pode funcionar em novo prédio

Prefeitura no prédio do Colégio Marista

A Câmara de Ribeirão Preto realiza nesta terça-feira (16), às 18h, uma audiência pública para discutir o projeto que prevê a instalação do novo centro administrativo da Prefeitura no prédio do Colégio Marista. Aberto à população, o encontro será no auditório do Sincomerciários. A proposta prevê a troca de um terreno municipal avaliado em R\$ 86,6 milhões pelo imóvel do colégio, de R\$ 57,2 milhões, além de compensação financeira de R\$ 29,4 milhões. Segundo a Prefeitura, a medida busca reunir as secretarias em um único espaço e revitalizar a região.

Mau cheiro no Vista Bárbara

O vereador Raul Marcelo protocolou uma representação na Cetesb pedindo fiscalização para apurar a origem do mau cheiro que há cerca de três anos afeta moradores do Parque Vista Bárbara e bairros vizinhos, na Zona Norte de Sorocaba. O parlamentar solicita vistorias na ETE Sorocaba 2, administrada pelo Saae, apontada pelos moradores como a principal responsável pelos odores.

Transporte coletivo

No transporte coletivo de Jundiá, a linha 541 – Terminal Eloy Chaves/Medeiros passa a atender a Avenida Juvenal Arantes pelo itinerário via Condomínio Diferenziato. Também foram ajustados os horários da linha 543 e o trajeto das últimas viagens da linha 546, que passam a atender o mesmo percurso.

Nova adutora

O SeMAE de Rio Preto iniciou a construção da adutora que vai interligar os sistemas Maria Júlia e Alto Alegre, ampliando a capacidade de abastecimento de água nas regiões sul e sudeste. Com cerca de 5,5 km de extensão, a obra permitirá maior flexibilidade na distribuição e reduzirá impactos durante manutenções.

Concessão da BR-153

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, participou de uma reunião em Marília com prefeitos da região para discutir a duplicação da BR-153. Durante o encontro, afirmou que o Governo Federal prepara um novo leilão de concessão, que prevê a duplicação de todo o trecho paulista, entre Icó e Ourinhos.

Melhorias na BR-153

Segundo Geraldo Alckmin, o projeto da nova concessão será encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU) e, após aprovação, poderá seguir para leilão. Além da duplicação, a proposta inclui melhorias como Wi-Fi em toda a rodovia, pesagem de caminhões em movimento e áreas de descanso para caminhoneiros.

Direitos LGBTQI+

O Conselho de Enfrentamento à Discriminação e Promoção de Direitos LGBTQI+ promove no sábado (20), na Câmara de Araras, audiência pública do 2º Fórum Municipal LGBTQI+. O evento busca fortalecer o debate e a construção de políticas voltadas à promoção de direitos e ao combate à discriminação.

Copa do Servidor

A Câmara de Taubaté conquistou o 2º lugar na classificação da Copa do Servidor, alcançando a melhor campanha. Com 176 pontos, ficou atrás apenas da Secretaria de Educação e à frente de Meio Ambiente. A competição reuniu 626 participantes em modalidades esportivas, apresentações culturais e uma gincana.



Mesmo com mais chuva, vazão dos rios caiu no mês de maio

Chuvas acima da média, mas vazão cai nas Bacias PCJ

Redução na vazão dos rios cria alerta durante período seco

Por Redação

As Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ) registraram em maio um volume de chuvas 20% acima da média histórica para o período. Apesar disso, a quantidade de água nos rios ficou abaixo do esperado, com vazão 12,8% menor do que a prevista para o mês. Os dados constam no mais recente Boletim Hidrológico divulgado pelo Consórcio PCJ.

Segundo o levantamento, o acumulado de precipitações chegou a 58,4 milímetros, concentrados em apenas sete dias do mês. O índice supera a média histórica de 48,6 milímetros para maio, mas não foi suficiente para recuperar a vazão dos cursos d'água da região.

Na área de drenagem do Sistema Cantareira, o cenário foi diferente. Foram registrados 53,5 milímetros de chuva, volume 26,4% inferior à média histórica de 72,7 milímetros. Com isso, os reservatórios encerraram maio com 40,3% da capacidade útil e, na primeira semana de junho, o índice caiu para 39,3%.

O boletim também chama a atenção para o aumento da probabilidade de formação do El Niño. A chance de ocorrência entre maio e julho chegou a 82% e pode superar 90% no trimestre seguinte.

O fenômeno, caracterizado pelo aquecimento das águas do

Oceano Pacífico Equatorial, altera padrões climáticos em diversas regiões do planeta. No Sudeste, seus efeitos costumam ser menos previsíveis, mas geralmente estão associados ao aumento das temperaturas.

Diante desse cenário, o Consórcio PCJ alerta para a necessidade de planejamento voltado à segurança hídrica e ao uso sustentável dos recursos disponíveis. A entidade destaca que junho marca o início do período seco e que a tendência é de redução das precipitações nas próximas semanas.

Para apoiar os municípios durante a estiagem, segue ativo o Projeto Operação Estiagem 365, que oferece assessoria técnica às cidades da região. O Consórcio também disponibilizou um documento com orientações para elaboração de planos de contingência de segurança hídrica, reunindo medidas de prevenção e resposta a possíveis crises no abastecimento.

Mesmo com o volume de chuva acima da média em maio, o boletim reforça que a distribuição irregular das precipitações e a queda das vazões exigem monitoramento constante para garantir a segurança hídrica nos próximos meses.

O Consórcio reforça que o uso consciente da água por parte da população e o planejamento dos municípios são fundamentais para enfrentar o período de estiagem.

GRANDE CAMPINAS

Davi Pinheiro/Governo do Ceará



Fevereiro foi melhor momento para o mercado local

Cosmópolis registra saldo positivo de empregos

Conforme o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Cosmópolis encerrou o primeiro quadrimestre de 2026 com saldo positivo de 928 postos de trabalho formais. No período analisado, o município contabilizou 3.299 contratações diante de 2.371 demissões. O levantamento estatístico aponta que todos os meses do ano mantiveram indicadores favoráveis, sem apresentar retrações. Fevereiro despontou como o melhor momento para o mercado de trabalho local, registrando um saldo de 488 vagas. O segundo melhor desempenho ocorreu em abril, que teve saldo de 245 postos, seguido por março, com 100 postos preenchidos, e janeiro, que iniciou o ano com 95 vagas remanescentes.

Setores em destaque e perfil de gênero

Dando continuidade aos dados de Cosmópolis, o setor de Serviços liderou a geração de emprego no quadrimestre com saldo de 744 vagas. Já o Comércio teve retração, fechando com saldo negativo de 21 postos. No recorte de gênero, os homens somaram saldo de 789 vagas (2.252 admissões e 1.463 desligamentos). O público feminino teve indicadores positivos, alcançando saldo de 139 postos no período, resultado de 1.047 contratações contra 908 desligamentos.

Marília Pierre/Prefeitura de Americana



Ação oferece capacitações e assessorias técnicas

Americana sedia 2ª edição do Inovatex

O Senai Americana sediará o lançamento da 2ª edição do Inovatex no dia 18 de junho, às 18h. O programa gratuito de inovação para a indústria têxtil e de confecção é realizado pelo Sebrae-SP, Sinditec e Senai. A iniciativa oferece capacitações e assessoria técnica 100% subsidiadas para micro e pequenas empresas, englobando projetos como o Brasil Mais Produtivo, ALI Produtividade, PEIEX e acesso à Feira do Empreendedor 2026. As inscrições para o evento são feitas por formulário online, visando aumentar a produtividade e reduzir custos no polo têxtil.

Fundo Social recebe doação de óculos

O Fundo Social de Americana recebeu 266 armações de óculos, roupas e remédios em ação da AESCON com o Sindicato dos Contabilistas de Americana, Santa Bárbara d'Oeste, Nova Odessa, Sumaré e Hortolândia (SINCOAM) para apoiar pessoas vulneráveis. As armações ganharão lentes gratuitas. Interessados devem levar receita médica e passar por avaliação socioeconômica no CRAS para obter o benefício.

Carros antigos

Jaguariúna sedia o 20º Encontro de Carros Antigos neste fim de semana, no Centro Cultural. No sábado (20), às 18h, há carreatas e show. No domingo (21), ocorre a exposição de clássicos e palestra do piloto Carlos Cunha. Expositores se inscrevem pelo site do evento doando 2 kg de alimentos ao Fundo Social.

Nova UBS

Indaiatuba inaugura a 18ª UBS no Jardim Pedroso neste sábado (20), às 9h, com início dos atendimentos no dia 22, das 7h às 17h. Com gestão compartilhada entre o município e a UniMAX, a unidade tem equipe de 46 profissionais e capacidade para atender 16 mil moradores. O evento terá vacinação e ações de saúde.

Hortitec

Uma visita técnica levará 30 produtores rurais de Valinhos à 31ª Hortitec, em Holambra, na próxima quinta-feira (18). A feira de horticultura e fruticultura terá mais de 500 expositores entre os dias 17 e 19 de junho. A ação é uma parceria com Sindicato Rural, Senar e Faesp. Inscrições pelo (19) 97119-6876.

Votação de projetos

A Câmara de Sumaré vota dois projetos nesta terça (16), às 10h, com transmissão no YouTube. O PL nº 15/2025 obriga a divulgação de custos de obras públicas via QR Code. Já o PL nº 23/2025 autoriza o Executivo a criar um programa de apoio psicológico gratuito para protetores de animais. Ambos os textos voltam à pauta após adiamentos.

Horário alterado

Em Valinhos, a coleta de lixo noturna terá horário alterado nos dias de jogos do Brasil na Copa: nos dias 19 e 24, o serviço começará mais cedo, às 13h, em vez das 17h (semana) ou 16h (sábado). A medida vale para as coletas domiciliar e seletiva. A administração afirma que moradores devem antecipar a exposição dos resíduos.

Recrutamento

Mais de 400 vagas de emprego estão abertas em Sumaré. O PAT realiza um mega processo seletivo no CRAS do Matão, das 9h às 16h. A oportunidade exige apenas Ensino Fundamental completo, sem necessidade de experiência. O salário é de R\$ 2.025,00 mais pacote completo de benefícios. Necessário levar currículo e documentos.



Meta é expandir a rede de água e esgoto até setembro de 2028

Sabesp amplia redes de água e esgoto em Monte Mor

Obra de R\$ 103,5 milhões vai beneficiar 64 mil moradores

Da Redação

A Sabesp deu início às intervenções para a expansão das redes de distribuição de água potável e das estruturas de coleta e tratamento de efluentes no município de Monte Mor. O projeto conta com um aporte financeiro de R\$ 103,5 milhões para levar a infraestrutura básica de saneamento a localidades que atualmente não dispõem de cobertura integral desses serviços. Ao todo, a iniciativa vai atender de forma direta 64.662 habitantes da cidade.

O cronograma de atividades foi aberto pelo Residencial das Orquídeas, localidade onde os operários começaram as escavações e instalações no dia 1º de junho, com as primeiras ações na Rua 5, no cruzamento com a Estrada da Servidão. Esse conjunto de medidas compõe a estratégia institucional da concessionária para atingir as metas de universalização do saneamento.

Cronograma

No Residencial das Orquídeas, a empresa projeta assentar uma extensão superior a 15 quilômetros de tubulações voltadas ao fornecimento de água, demandando uma verba de R\$ 7 milhões. Essa etapa vai assistir aproximadamente 2.500 residentes por meio da execução de 606 ramais de ligações residenciais.

Segundo as informações, a es-timativa da companhia é finalizar

a colocação dessas tubulações até dezembro de 2026, viabilizando o abastecimento regularizado. Paralelamente ao fluxo de água, a concessionária planeja implantar, de forma inédita, o recolhimento e a destinação correta do esgoto no mesmo bairro. Para tanto, a previsão engloba a montagem de mais de 14,1 quilômetros de linhas coletoras e também de unidades de Estações Elevatórias de Esgoto, com canteiros previstos para este ano.

Expansão

O planejamento financeiro e operacional estabelecido abrange de forma progressiva outras localidades do município. Além do setor que abriu os trabalhos, receberão as melhorias estruturais os bairros Meu Cantinho, Umuarama, Santa Clara do Lago, Estância dos Reis e Chácara São Francisco.

O objetivo global da companhia é concluir a totalidade das tubulações e dispositivos projetados para a expansão do acesso à água tratada e aos sistemas de esgoto até o começo de setembro de 2028.

De acordo com a divulgação, a consolidação deste programa está associada ao avanço nos indicadores de saúde da população, à conservação das condições ambientais da região e ao processo de valorização do patrimônio imobiliário dentro do perímetro urbano da cidade.

CORREIO DE CAMPINAS

POR
RAQUEL VALLI

Firminoo Piton/ Prefeitura de Campinas



Guardas Municipais durante "Operação Centro"

GMs cobram plano de cargos e apontam para "medida radical"

Os guardas municipais de Campinas realizam uma reunião nesta terça-feira (16), às 14h, na sede do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Campinas (STMC) para cobrar respostas da prefeitura sobre o plano de cargos da categoria, que está sendo implementado há três anos. Têm compartilhado nas redes sociais um vídeo de 2022 no qual o vice-prefeito Wanderlei de Almeida, o Wandão, afirma que o plano está em fase de elaboração. Já um informativo indica a possibilidade tomada de uma "medida radical", caso não ocorra um acordo com a Administração, apontando uma possível Operação Tartaruga. Por exercer atividade essencial para a ordem pública, a GM não possui direito à greve.

Achatamento da Guarda

Segundo um agente que prefere não se identificar, com receio de represálias, a defasagem salarial da 3ª classe gera rotatividade e redução do efetivo na instituição, havendo a aposentadoria dos mais antigos e a saída dos recrutas, que seguem estudando e buscam aprovação em concursos públicos com remunerações maiores. A consequência é a perda de profissionais com experiência e a não retenção dos novos guardas.

Prefeitura de Campinas



Wandão teria feito promessa aos GMs há 3 anos

O novo plano

Organiza a carreira em um cargo único de Guarda Municipal, dividido em nove níveis hierárquicos. O ingresso ocorre no Nível 1, como 3ª Classe, com evolução para as graduações de 2ª Classe, 1ª Classe, Classe Especial, Classe Distinta, Subinspetor, Inspetor, Inspetor Superintendente e Superintendente, que ocupa o Nível 9. Já as funções de Comandante e Subcomandante são atribuições temporárias, preenchidas por servidores que atingiram o nível de Superintendente, mediante o pagamento de gratificação.

O que diz a prefeitura

Informou que "está finalizando um projeto de lei que promoverá mudanças no Plano de Cargos, Carreiras e Benefícios dos servidores municipais", e que as propostas têm como base o estudo técnico realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe)". Disse ainda que "a proposta foi apresentada e aprovada na última reunião da campanha salarial com o sindicato".

PINGA-FOGO

Drones pró-animais

O vereador Hebert Ganem (Podemos-SP) apresentou uma proposta que prevê a utilização de drones para auxiliar na identificação e fiscalização de maus-tratos contra animais em Campinas, modernizando a atuação e ampliando a capacidade de resposta do poder público diante de denúncias.

Água e abrigo

Cria um programa municipal voltado à vigilância e ao monitoramento aéreo, com o objetivo de identificar situações de abuso e apoiar equipes de fiscalização além de atuar de forma preventiva, podendo identificar animais acorrentados em espaços inadequados, sem acesso a água, alimentação ou abrigo.

Locais ermos

A proposta também permite o uso das imagens captadas como apoio em processos administrativos, respeitando a legislação de proteção de dados e a privacidade dos cidadãos. Além disso, ajuda nas dificuldades operacionais para atender todas as denúncias, especialmente as em locais de difícil acesso.

Parcerias

Além disso, abre a possibilidade de parcerias com universidades, órgãos públicos e empresas de tecnologia para viabilizar a implementação do sistema. "A proposta não obriga a aquisição imediata dos equipamentos, permitindo que a implementação ocorra conforme disponibilidade orçamentária", afirma Ganem.

Transparência

Esse mecanismo fortalece a rede de proteção animal ao integrar o trabalho dos protetores independentes e das organizações não governamentais (ONGs) com as ações fiscalizatórias do poder público, tornando o atendimento das denúncias, inclusive as da população, mais rápido e transparente.

Efeito preventivo

A ciência de que drones realizam o monitoramento aéreo gera ainda um efeito inibidor na comunidade local. Sabendo que os crimes nos quintais podem ser registrados em vídeo, os potenciais infratores passam a tentar evitar cometer abusos, resultando em dignidade aos animais.



Deputado Rafa Zimbaldi (União Brasil-SP), autor da proposta

Cordão de Alzheimer para evitar desaparecidos

Item, gratuito, distribuído pelo Estado, pretende agilizar socorro

Por Raquel Valli

Um projeto de lei protocolado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) propõe a criação do cordão para a identificação de pessoas com Alzheimer para evitar desaparecidos e facilitar o contato com familiares em casos de desorientação. Propõe a confecção e distribuição gratuita pelo Estado de São Paulo. O cordão permitirá que funcionários, agentes públicos ou qualquer cidadão possa prestar auxílio imediato, fazer encaminhamentos de urgência e de emergência, acionando os familiares, em casos dos pacientes estarem desorientados, com dificuldade de comunicação ou perda momentânea de referência espacial. "Muitas famílias convivem diariamente com o medo de que um parente com Alzheimer se perca ou não consiga pedir ajuda. O cordão que estamos propondo, por meio de lei, reduz riscos e facilita reencontros", afirma o campineiro Rafa Zimbaldi, deputado estadual (União-Brasil) e autor do projeto.

Crescimento

A proposta surge em meio ao avanço das enfermidades neurodegenerativas. Estudo do Institute for Health Metrics and Evaluation (IHME) estima que o número de cidadãos com demência no mundo chegará a 153 milhões até 2050. No Brasil, as ocorrências podem saltar de 1,8 milhão para 5,6 milhões no perío-

do. O Alzheimer é a forma mais comum de deterioração mental e declínio cognitivo, respondendo por cerca de 60% a 80% dos diagnósticos. "Na prática, este cordão será uma forma mais rápida de reconhecimento de quem tenha Alzheimer, principalmente em locais de grande circulação, como terminais de transporte público, centros comerciais, supermercados, eventos e unidades de saúde", complementa o deputado.

Auxílio

Atualmente, de maneira improvisada, muitas famílias recorrem a pulseiras, crachás e identificações particulares, sem qualquer padronização ou reconhecimento oficial. A protetora de animais Marynes Silva, presidente do Abrigo Adorável Vira-Lata de Campinas, é uma delas.

"Minha mãe tem Alzheimer, e, além de todos os desafios que a doença nos impõe, temos receio ainda de 'perdê-la' quando temos que sair à rua, levando-a às consultas, por exemplo. É como uma criança, que precisamos vigiar 100% do tempo. Mas, mesmo assim, ficamos temerosos. Por isso, uma identificação padronizada seria de grande ajuda", afirma.

Rito

O projeto será analisado pelas Comissões Permanentes da Alesp. Caso seja aprovado, irá à votação em Plenário. Aprovada pelos deputados, será enviado à sanção do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP).

STF dá prazo até 2027 para Campinas trocar de 598 cargos

Prefeitura informa que vai recorrer do mérito para manter posições atual

Rafael Lima/Correio da Manhã

Por Moara Semeghini

A Prefeitura de Campinas terá até março de 2027 para realizar uma ampla reorganização em sua estrutura administrativa e substituir cerca de 598 cargos comissionados, de livre nomeação e exoneração, por servidores públicos efetivos, aprovados por meio de concurso público. A determinação é do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, que ampliou o prazo de transição para 12 meses. Inicialmente, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) havia estipulado um período de apenas 120 dias para o cumprimento da medida, o que foi considerado insuficiente pela administração municipal.

A flexibilização do cronograma foi concedida por Fachin no âmbito da Suspensão de Liminar (SL) 1913, movida pelo município. Apesar de ter obtido o prazo adicional para se adequar às exigências constitucionais, a Prefeitura de Campinas informou oficialmente que não pretende apenas realizar a transição, mas sim tentar reverter o entendimento judicial. Em nota, o Executivo municipal declarou que irá interpor um recurso extraordinário junto ao próprio STF com o objetivo de defender a aplicabilidade e a constitucionalidade das leis municipais que criaram as vagas questionadas.



Prefeitura de Campinas

Origem do impasse

O imbróglio jurídico teve início em março deste ano, quando o Órgão Especial do TJSP julgou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e considerou ilegais centenas de cargos comissionados criados pela legislação de Campinas. Na ocasião, os desembargadores do tribunal paulista entenderam que as funções atribuídas a esses postos não correspondiam às atividades exclusivas de direção, chefia ou assessoramento, que são as únicas hipóteses permitidas pela Cons-

tituição Federal para contratações sem concurso público.

De acordo com o entendimento da corte estadual, muitas das vagas remuneradas por meio de comissão vinham sendo utilizadas para atividades técnicas, operacionais ou burocráticas ordinárias, que devem, obrigatoriamente, ser desempenhadas por servidores de carreira. A decisão atingiu diretamente postos estratégicos distribuídos por secretarias essenciais da cidade, como as de Saúde, Educação, Segurança Pública e Assistência Social.

Ao recorrer ao STF após o veredito do TJSP, a Prefeitura de Campinas argumentou que a exigência de cumprimento em 120 dias impunha uma meta inexecutável diante da complexidade da máquina pública. A administração defendeu que a substituição de quase 600 profissionais exigiria medidas administrativas e legislativas profundas, incluindo o planejamento orçamentário, a elaboração e votação de novos projetos de lei na Câmara Municipal e a abertura de processos licitatórios para a realização de

concursos públicos.

Decisão do STF

Ao analisar o pedido de suspensão de liminar, o ministro Edson Fachin julgou o pleito de Campinas como parcialmente procedente. O magistrado reconheceu o argumento da municipalidade de que a extinção imediata e em curto prazo de centenas de funções comissionadas poderia paralisar serviços essenciais prestados à população local.

Em seu despacho, o presidente do STF destacou que a destituição em massa dos ocupantes das vagas, sem que houvesse tempo hábil para o recrutamento e treinamento de novos servidores efetivos, representava um grave risco de lesão à ordem pública e à continuidade administrativa. Por esse motivo, Fachin determinou a suspensão dos efeitos da decisão do TJSP, redefinindo o prazo para 12 meses contados a partir da publicação do acórdão original da corte estadual, estendendo o limite de conformidade até março de 2027.

Em nota, a Prefeitura informou que irá interpor recurso extraordinário ao STF contra a decisão do TJSP “com o objetivo de manter a aplicabilidade e constitucionalidade da lei. Segundo a nota, o município já havia conseguido por meio do STF ampliar o prazo de cumprimento da decisão de 120 dias para 12 meses.

Ipês começam a florescer em nova temporada de cores

Carlos Bassan

A chegada de junho marca o início de um dos espetáculos naturais mais aguardados do ano em Campinas. Os ipês roxos e rosas já começaram a florescer em diferentes regiões da cidade, anunciando a temporada de inflorescência, que se estende até novembro.

A floração dessas espécies acontece entre junho e setembro, com duração média de cerca de 15 dias por árvore. O resultado é uma paisagem urbana mais colorida e atrativa, especialmente em pontos onde a arborização se destaca.

Onde ver os ipês em flor

Entre os locais em que já é possível apreciar a beleza das árvores estão a Rua Coronel Quirino, no Cambuí, e os arredores do cemitério de Sousas. Nessas áreas, os ipês ajudam a compor



Ipês, roxos e rosas começaram a florescer e colorir a cidade

o cenário da cidade e chamam a atenção de quem passa.

Segundo a Secretaria de Serviços Públicos, Campinas conta com diferentes espécies de ipês espalhadas pelo meio urbano, contribuindo para a paisagem ao longo do ano e reforçando o va-

lor da arborização na cidade.

Além dos ipês roxos e rosas, também podem ser vistos em Campinas os ipês amarelos, brancos e verdes. Cada espécie tem um período próprio de floração, o que prolonga o impacto visual das árvores nos meses seguintes.

Alunos desocupam prédio da Unicamp

O prédio da Diretoria Geral da Administração (DGA) da Unicamp foi desocupado no sábado (13) pelo grupo de estudantes que se mantinha em greve desde o último dia 18 de maio. A decisão pela saída foi tomada pelos próprios alunos após a ratificação de um acordo entre as partes e a formalização de uma carta-compromisso, assinada pelo reitor, Paulo Cesar Montagner. Veja, logo abaixo, o conteúdo do documento.

Ainda no sábado, por volta das 10h, o documento foi assinado e encaminhado aos comandos de greve dos campi de Campinas e Limeira. Com uma posição favorável da comunidade estudantil, a estrutura da DGA foi desocupada logo em seguida, às 15h.

Segundo a reitoria, a transparência e solidez do acordo fizeram com que a saída do gru-

po acontecesse de forma rápida, tranquila e até mesmo antes do prazo de 24 horas determinado para que a ação acontecesse.

De acordo com Roberto Donato da Silva Junior, assessor docente do Gabinete do Reitor que integrou a mesa de negociações, os itens acordados com os alunos exigiram apenas uma readequação orçamentária, gerando um impacto mínimo nas contas da Universidade Estadual de Campinas.

“Precisamos lembrar que a Reitoria é uma estrutura de mediação, portanto, não há qualquer desatenção às demandas recebidas. O objetivo é sempre manter o equilíbrio entre as nossas três principais categorias: estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos”, acrescenta.

As informações são do Portal Unicamp, unicamp.br

CORREIO NO MUNDO

Ricardo Stuckert / PR



Presidente da França, Emmanuel Macron

G7 abre cúpula sob pressão por promessas não cumpridas

O G7 desembarca em Évian, na França, carregando um desempenho inferior ao registrado nas últimas cúpulas. Segundo relatório do G7 Research Group, organização acadêmica vinculada à Universidade de Toronto, os países do grupo cumpriram 80% dos compromissos assumidos em Kananaskis, no Canadá, em 2025. Embora o índice seja considerado elevado, ele revela uma desaceleração importante na capacidade de entrega do bloco. Nas duas reuniões anteriores, os resultados foram superiores: 92% em Apúlia, em 2024, e 96% em Hiroshima, em 2023. O estudo avaliou 20 dos 148 compromissos firmados e analisou o período entre junho de 2025 e junho de 2026. O documento foi divulgado justamente quando os líderes iniciam a nova cúpula.

Europa na liderança

A União Europeia apareceu no topo do ranking de conformidade, com 95% de cumprimento das promessas feitas em Kananaskis. O Canadá, anfitrião da cúpula de 2025, ficou logo atrás, com 93%, seguido pelo Reino Unido, com 90%. Na outra ponta, o Japão registrou o pior desempenho, com apenas 65%. França e Estados Unidos empataram em 73%, resultado que coloca Paris sob pressão justamente no momento em que assume a presidência rotativa do grupo.

Divulgação/@emmanuelmacron



Líderes reunidos na Cúpula do G7

Consenso e divergências

Nem todos os temas enfrentaram a mesma dificuldade. Áreas como tecnologia quântica, biodiversidade, infraestrutura de qualidade e controle de fronteiras para migrantes alcançaram 100% de conformidade entre os membros do G7. O cenário muda, porém, quando entram em pauta assuntos mais sensíveis. As maiores divergências surgiram justamente em temas nos quais interesses econômicos e estratégicos se chocam, revelando os limites do consenso entre as principais potências do planeta.

Dívida expõe divisões

O maior sinal de alerta veio do compromisso relacionado às dívidas dos países em desenvolvimento. A conformidade média foi de apenas 56%, uma das mais baixas do relatório. Os Estados Unidos não cumpriram nenhuma das medidas avaliadas. França, Alemanha, Itália, Reino Unido e União Europeia registraram cumprimento parcial, enquanto Canadá e Japão foram os únicos a alcançar nota máxima no tema.

Permanência

Mesmo após o acordo de paz entre os Estados Unidos e o Irã, Israel informou, que manterá tropas por tempo indeterminado no sul do Líbano. A decisão, segundo a imprensa internacional, gerou críticas dentro e fora do governo de Binyamin Netanyahu, que enfrenta questionamentos sobre a eficácia do entendimento.

Alerta

Netanyahu afirmou que a ação conjunta de EUA e Israel contra o Irã evitou uma possível ameaça nuclear. Segundo ele, milhões de israelenses estariam expostos ao risco de morte em massa caso Teerã avançasse em seu programa atômico. A declaração reforça a narrativa do governo de que a ofensiva foi decisiva para a segurança.

Pressão

O governo israelense reiterou que não permitirá que o Irã desenvolva armas nucleares, independentemente de acordos internacionais. Netanyahu também garantiu a permanência de tropas em áreas estratégicas do Líbano, Gaza e Síria pelo tempo considerado necessário. A medida sinaliza que a presença militar permanecerá.

Condenação

O filho da princesa herdeira da Noruega, Marius Borg Hoiby, de 29 anos, foi condenado hoje em Oslo a quatro anos de prisão. Em um escândalo que abalou profundamente a monarquia, o tribunal o considerou culpado por dois estupros e outras 32 infrações penais. Uma das agressões sexuais ocorreu em 2018 dentro da própria residência oficial.

Absolvição

Embora a promotoria exigisse sete anos e sete meses de reclusão, a sentença final ficou-se em quatro. Hoiby, que está sob custódia policial desde fevereiro, acabou absolvido de outras duas denúncias de abuso sexual semelhantes, mas responderá por direção perigosa, ameaças graves e posse ilícita de substâncias.

À distância

Fora da linha de sucessão oficial e sem emprego formal, ele negou veementemente ter abusado de mulheres inconscientes. Seus advogados pleiteavam só 18 meses de pena. Hoje, o réu não compareceu presencialmente ao tribunal, optando por acompanhar o desfecho de seu julgamento via internet.



Irã fala em cobrança de taxas; Trump afirma que não terá

Hormuz volta ao centro das negociações dos EUA e Irã

Trump afirma que via marítima não terá pedágio; país prevê taxas

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou nesta segunda-feira (15) que a navegação pelo estreito de Hormuz já está sendo retomada por corredores marítimos e que a travessia ocorrerá sem cobrança de pedágios para embarcações. Segundo o republicano, houve um entendimento sobre o tema e a passagem será gratuita para todos os navios.

Trump ressaltou, no entanto, que a reabertura total da importante rota marítima ainda depende da remoção das minas instaladas pelo Irã. O estreito é considerado estratégico para o comércio internacional e sua situação segue no centro das negociações entre Washington e Teerã.

As declarações do presidente americano contrastam com o posicionamento apresentado mais cedo pelo Ministério das Relações Exteriores do Irã. Em comunicado, o governo iraniano afirmou que o acordo firmado com os Estados Unidos prevê a cobrança de taxas relacionadas a serviços marítimos para embarcações que utilizarem a via navegável.

De acordo com o porta-voz da chancelaria iraniana, Teerã não pretende estabelecer pedágios de trânsito, mas manterá tarifas referentes a serviços como navegação, proteção ambiental, seguros de navios e outras operações consideradas necessárias para o funcionamento da rota.

O governo iraniano também deixou claro que ainda mantém reservas em relação aos Estados Unidos. A pasta afirmou que existe uma "profunda desconfiança" em relação a Washington, citando um histórico

de atos considerados ilícitos por líderes americanos ao longo dos anos.

Durante encontro com o presidente francês, Emmanuel Macron, à margem da reunião do G7, Trump indicou que dificilmente participará da cerimônia oficial de assinatura do acordo com o Irã, prevista para sexta-feira (19), em Genebra. Segundo ele, a representação dos Estados Unidos ficará a cargo do vice-presidente J. D. Vance, cuja presença no evento já estava programada.

Também nesta segunda-feira, Vance reforçou a posição americana sobre Hormuz. Em entrevista à CNBC, afirmou que a expectativa de Washington é que o estreito permaneça aberto a longo prazo e sem cobrança de pedágios. Segundo ele, esse é um dos temas que serão tratados nas negociações técnicas entre os países.

A pressão internacional pela normalização da navegação também ganhou força. Em declaração conjunta divulgada mais cedo, líderes de França, Reino Unido, Alemanha, Japão e Itália defenderam a reabertura imediata e sem condições do estreito.

A União Europeia também recebeu positivamente o acordo entre Washington e Teerã, mas ressaltou que espera medidas concretas para sua implementação. Em Évian, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, afirmou que a prioridade agora é garantir a execução do entendimento e restabelecer plenamente a liberdade de navegação em Hormuz, sem pedágios ou restrições.

CORREIO ESPORTIVO

Reprodução/FIFA TV



Lukaku participou da jogada do gol da Bélgica

Bélgica busca empate no fim em duelo contra o Egito

Se a expectativa era de ver Salah e De Bruyne fazendo a diferença para Egito e Bélgica, respectivamente, o que se viu em campo foi um jogo equilibrado. E, obviamente, o placar refletiu isso: 1 a 1. Eman Ashour, com assistência de Salah, abriu o marcador para os africanos. No segundo tempo, na primeira tentativa de ataque de Lukaku, gol contra de Hany e alívio para os europeus. O jogo também marcou a estreia de um árbitro brasileiro em copas, o catarinense Ramon Abatti Abel, que não comprometeu com o resultado da partida. Na próxima rodada, a Bélgica enfrenta o Irã, em Los Angeles, às 16h, de Brasília. Já o Egito mede forças com a Nova Zelândia, às 22h, em Vancouver, no Canadá. Os dois jogos são no domingo, dia 21.

Pretenções dos países na Copa

O Egito sonha em passar pela primeira da fase de grupos em copas. Maior vencedora da Copa Africana de Nações, com sete títulos, a equipe caiu em 1934, quando perdeu para a Hungria na estreia e foi eliminada; em 1990 empatou com Holanda e Irlanda e perdeu para a Inglaterra; e em 2018 não somou nem um ponto após derrotas para Uruguai, Rússia e Arábia Saudita. Já a Bélgica sonha em repetir a campanha de 2018, na Rússia, quando ficou na terceira posição.

Reprodução/Instagram @tori.penso



Tori Penso em ação na liga de futebol dos Estados Unidos

Arbitragem feminina na segunda rodada

Está marcada a estreia das mulheres no apito da Copa do Mundo 2026. A norte-americana Tori Penso comandará o jogo entre África do Sul e República Tcheca, programado para quinta-feira (18), às 13h, de Brasília, em Atlanta. Ela terá como assistentes Brooke Mayo e Kathryn Nesbitt. As três já trabalharam juntas. Em 2023, estiveram em campo na partida entre Al-Ittihad e Auckland City, na Arábia Saudita, pela abertura do Mundial de Clubes masculino. Tori Penso também trabalhou nos Jogos Olímpicos de Paris, em 2024.

Segunda vez na história das copas

Será a segunda vez na história das Copas do Mundo que uma equipe de arbitragem formada apenas por mulheres comandará uma partida. O trio composto por Stéphanie Frappart (França), Neuza Back (Brasil) e Karen Díaz (México) atuou em Alemanha 4 a 2 Costa Rica, na última rodada da fase de grupos da Copa do Mundo do Qatar, em 2022.

Senador Romário

Mesmo como comentarista da CazeTV na Copa do Mundo, Romário exercerá seu mandato de senador. Com isso, continuará recebendo seu salário de R\$ 46 mil, mesmo estando nos Estados Unidos. Ele pretende votar as pautas de forma online, na expectativa da Casa funcionar em regime semipresencial durante a competição.

Dupla função

Para ele, a atividade não atrapalha o exercício de seu mandato. Assim, o senador do PL não estará participando, de forma presencial, do início dos debates da PEC que prevê o fim da escala 6x1. Se ficar nos EUA até a final da Copa do Mundo, marcada para 19 de julho, pode perder dois terços do período de discussão da proposta.

Ibope

O SBT volta a se queixar da audiência na Copa do Mundo. A emissora enviou um relatório para o Ibope reclamando das medições dos dados prévios e consolidados. No jogo da estreia do Brasil, nos dados prévios, marcou 8 pontos, com picos de 11 na Grande São Paulo. No consolidado, 11 pontos de média, com picos de 12.

Audiência

Mesmo com os problemas, o SBT segue empolgado com sua cobertura do Mundial. A TV entende que roubou público da Globo. Por isso, tem feito jogos na sua concorrente ficarem aquém do resultado alcançado no Mundial em 2022, quando a emissora carioca foi soberana na TV aberta. O canal vai aumentar o investimento em publicidade nesta semana.

Bola fora

Diversas federações de países-participantes da Copa criticaram as declarações do presidente da Uefa, o esloveno Aleksander Ceferin, segundo as quais a expansão do torneio para 48 seleções levaria a jogos "desinteressantes". Esta é a primeira vez que o torneio tem 48 equipes e um número recorde de jogos: 104.

Mercado

Autor do gol de Marrocos contra o Brasil, Ismael Saibari estaria na mira do Bayern de Munique, segundo o The Athletic, plataforma de jornalismo esportivo do The New York Times. Ele jogou a última temporada pelo PSV, da Holanda, que foi campeão nacional pela 27ª vez. Fez 15 gols e deu 8 assistências em 27 jogos.



Vozinha deixou os jogadores espanhóis incrédulos

Cabo Verde faz bonito e empata com a Espanha

Goleiro Vozinha, de 40 anos, foi o grande destaque da partida

Marcelo Perillier

O jogo

O que era de esperar, aconteceu. Um bombardeio espanhol em busca do tento. Mas faltou mira e um pouco de sorte. Dos 27 chutes a gol, 12 foram para fora, 8 foram barrados pela defesa e 7 pegos por Vozinha. Já Cabo Verde, até tentou esboçar alguns contra-ataques, mas saiu de campo com a missão cumprida: não tomar gol.

Vendo a dificuldade em furar o ferrolho africano, já que teve maior posse de bola em todo o jogo (74% a 26%), Luís de la Fuente apostou no seu craque para por a bola na rede: tirou Gavi e pôs Yamal. Mesmo assim, a sorte não estava ao lado dos espanhóis, que estavam com muita dificuldade para achar espaço no esquema 11-0 de Cabo Verde.

Depois da partida, o craque Vozinha explicou o apelido: "Eu nunca vivi com meus pais. Sempre cresci com meus avós. Na minha zona os rapazes eram muito mais velhos. E eu sempre jogava na rua, levando muita pancada. Pois eu jogava também muito bem com os pés, era competitivo e rebelde, não gostava de perder", disse o goleiro, que saltou de 50 mil para mais de 2 milhões de seguidores no Instagram, depois de sua atuação.

Um ponto negativo, que está sendo marcante na Copa, pelo preço dos ingressos, são os estádios meio vazios. Para esta partida, variavam de US\$ 60 a US\$ 200.

Em mais um duelo de Davi contra Goliás na Copa do Mundo, deu a lógica inversa. Se muitos esperavam que a Espanha iria massacrar Cabo Verde, não contavam com um senhor de idade para fechar o gol. Vozinha, de 40 anos, goleiro da equipe africana, foi o destaque da partida, impedindo que a bola fosse para as redes e segurou o ataque espanhol. Com isso, pode-se dizer, a primeira grande zebra da Copa: 0 a 0 no duelo.

O resultado, que deve ter acabado com muitos bolões, deve ser bastante comemorado não apenas por Cabo Verde e adversários, mas mostra que não existe mais equipe boba na competição. Com isso, a ilhota pode sonhar com a vaga, nem que seja entre os oito melhores terceiros colocados. Já a Esquadra Espanhola, deve abrir o olho, para não cair logo na fase de grupos.

No entanto, há uma mística forte com o time espanhol: quase sempre começa as copas com o pé esquerdo. Em 16 participações, foram cinco vitórias, cinco empates e seis derrotas. Com este resultado, seis empates agora.

Na próxima rodada, Espanha encara a Arábia Saudita, em Atlanta, às 13h, de Brasília. Já Cabo Verde viaja até Miami para encarar forças com o Uruguai, às 19h. Os dois jogos acontecem no domingo, dia 21.

Sem Neymar em campo, Brasil inicia preparação contra o Haiti

Atacante continua em tratamento para recuperar-se de lesão na panturrilha

Redação

A seleção brasileira retomou os treinamentos nesta segunda-feira (15), em Morristown, após a estreia na Copa do Mundo, marcada pelo empate diante de Marrocos no último sábado (13). Depois de realizar atividades regenerativas no domingo (14), o elenco iniciou a preparação para o confronto contra o Haiti, programado para sexta-feira (19), na Filadélfia.

A imprensa teve acesso apenas aos 15 minutos iniciais da atividade no Red Bulls Performance Center, seguindo o protocolo adotado pela comissão técnica ao longo da competição. Mais uma vez, o atacante Neymar não participou dos trabalhos com o grupo. O jogador segue em recuperação de uma lesão na panturrilha direita.

Havia expectativa de que o camisa 10 fosse integrado ao elenco nesta semana. Após a partida contra Marrocos, o técnico Carlo Ancelotti afirmou que o retorno do atacante aos treinamentos coletivos ocorreria nos próximos dias. No entanto, a reintegração ainda não aconteceu.

Nesta segunda-feira (15), Neymar passou por novos exames em uma clínica de Nova Jersey. Segundo a Confederação



Rafael Ribeiro/CBF

Seleção voltou aos treinamentos na tarde de segunda-feira (15), em Morristown

Brasileira de Futebol (CBF), a avaliação já estava prevista no cronograma médico e não foi motivada por qualquer complicação. Ainda assim, o prazo para que o jogador esteja apto a enfrentar o Haiti se torna cada vez mais curto.

Em processos de recuperação muscular, atletas costumam cumprir uma etapa de transição antes de retornarem integral-

mente às atividades coletivas. Com apenas quatro dias até o próximo compromisso da seleção, a presença de Neymar na segunda rodada da competição é considerada improvável.

Principal referência técnica do Brasil nas últimas três edições da Copa do Mundo, o atacante de Mogi das Cruzes permaneceu quase três anos afastado da seleção e voltou a ser convocado por

Ancelotti na lista divulgada em 18 de maio, durante evento realizado no Rio de Janeiro.

Um dia antes da convocação, porém, Neymar sofreu uma lesão atuando pelo Santos. Inicialmente, o problema foi tratado pelo clube como um edema muscular. Posteriormente, exames realizados pela equipe médica da CBF apontaram um quadro mais grave: uma lesão

de grau 2, com ruptura de fibras musculares.

Em entrevista concedida em 28 de maio, o médico Rodrigo Lasmar estimou um período de recuperação entre duas e três semanas. O prazo máximo previsto será completado na próxima quinta-feira (18), véspera do confronto contra os haitianos.

Enquanto aguarda a possível recuperação de Neymar, Carlo Ancelotti trabalha para corrigir os problemas identificados na estreia. Na atividade desta segunda, o treinador também não contou com Gabriel Magalhães, Bruno Guimarães e Raphinha. Os três apresentaram maior desgaste físico após a partida contra Marrocos e permaneceram em recuperação.

Apesar da ausência nos treinamentos, a tendência é que o trio seja mantido entre os titulares. Mudanças, contudo, devem ocorrer na formação inicial. O centroavante Igor Thiago, que começou jogando na estreia, teve atuação discreta e pode perder espaço. Luiz Henrique, Matheus Cunha e Endrick aparecem como alternativas para a posição.

Outra alteração considerada provável é a entrada de Danilo na lateral direita, substituindo Ibañez para o duelo diante do Haiti.

Lewis Hamilton vence com a Ferrari na F1

Redação

Lewis Hamilton voltou ao lugar mais alto do pódio neste domingo (14) ao vencer o Grande Prêmio de Barcelona-Catalunha, conquistando sua primeira vitória pela Ferrari e encerrando a série de cinco triunfos consecutivos do jovem líder do campeonato, Kimi Antonelli, da Mercedes.

Aos 41 anos, o britânico alcançou um marco histórico ao se tornar o piloto mais velho a vencer uma corrida de Fórmula 1 desde Jack Brabham, que triunfou no GP da África do Sul de 1970 aos 43 anos. O resultado também marcou o retorno de Hamilton às vitórias após um longo jejum desde o Grande Prêmio da Bélgica de 2024.

O heptacampeão mundial ampliou sua relação de suces-

so com o circuito espanhol ao conquistar sua sétima vitória em Barcelona e a 106ª da carreira na categoria.

A corrida representou um duro golpe para Antonelli. O italiano de apenas 19 anos abandonou a prova a cinco voltas do encerramento, registrando seu primeiro resultado negativo na temporada. Com isso, a vantagem do piloto da Mercedes na liderança do campeonato foi reduzida para 41 pontos.

O triunfo de Hamilton também devolveu a Ferrari ao topo da Fórmula 1 pela primeira vez desde 2024. Além disso, a prova entrou para a história ao registrar um pódio composto exclusivamente por pilotos britânicos, algo que não acontecia desde o Grande Prêmio dos Estados Unidos de 1968, em Watkins Glen.

Enquanto Hamilton celebrava a vitória, Max Verstappen, da Red Bull, terminou a corrida na quarta colocação. Oscar Piastri, da McLaren, foi o quinto colocado, seguido por Isack Hadjar, também da Red Bull.

A Alpine colocou seus dois pilotos na zona de pontuação, com Pierre Gasly em sétimo e Franco Colapinto em oitavo. Liam Lawson e Arvid Lindblad, da Racing Bulls, completaram o grupo dos dez primeiros.

Representando o Brasil, Gabriel Bortoleto, da Audi, cruzou a linha de chegada na 11ª posição, ficando próximo de somar pontos.

Na Ferrari, nem tudo foi motivo de comemoração. Charles Leclerc abandonou a corrida após enfrentar problemas no sistema de direção hidráulica de seu carro.



Piloto não vencida uma corrida desde 2024

X/Fórmula 1

Isabel Dourado e Beatriz Cicci

Milhares de brasileiros já foram impactados por eventos extremos, como enchentes, secas, ciclones, queimadas, ondas de calor e alagamentos. Vidas humanas se perderam em tragédias que, apesar de muitas vezes inevitáveis, são uma consequência visível do avanço das mudanças climáticas e das consequências das emissões de carbono na atmosfera.

Em 2024, o mundo vivenciou mais uma vez os impactos do El Niño, fenômeno climático natural que surge quando há o aquecimento das águas do Oceano Pacífico e que altera o clima de todo o planeta, mas que vem sendo observado e sentido com cada vez mais força e intensidade. O fenômeno produz impactos variados em todas as regiões do Brasil. E, quanto maior a sua intensidade, maior sua influência sobre as manifestações climáticas do país.

Último foi moderado

O último El Niño, que ocorreu entre 2023 e 2024, foi classificado pelos climatologistas como moderado. Ainda assim, o fenômeno teve forte influência na tragédia ambiental que castigou o Rio Grande do Sul. Chuvas recorde provocaram o transbordamento dos rios Guaíba e Taquari, provocando enchentes de grandes proporções.

Os estragos foram devastadores: mais de 180 pessoas perderam a vida. Imagens marcantes mostraram animais ilhados sobre telhados à espera de resgate, cenas que ficaram gravadas na memória dos brasileiros e evidenciaram a dimensão dos efeitos implacáveis das mudanças climáticas.

Enquanto isso, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste enfrentaram uma seca extrema e nove ondas de calor. Na Amazônia, peixes e botos morreram devido ao forte aquecimento das águas do Rio Tefé. Todo esse cenário confirma e reforça os alertas feitos há décadas por cientistas do clima, que já previam que as gerações futuras sentiriam os efeitos das mudanças climáticas de forma mais intensa e recorrente. Os impactos devastadores das mudanças climáticas deixaram de ser uma ameaça distante e passaram à bater na porta de todos nós.

Frequência maior

Agora, neste ano, enquanto muitos estados ainda tentam reconstruir o que foi perdido materialmente, as previsões indicam que o El Niño deve se manifestar com ainda mais força.

A Administração Nacional Oceânica e Atmosférica dos Estados Unidos (NOAA) confirmou que o fenômeno já se estabeleceu oficialmente e deve atingir uma intensidade superior à observada em 2023 e 2024, reforçando os temores da formação de um El Niño forte, que ocorre quando a anomalia de



Último El Niño produziu enchentes no Sul e seca no Norte

Brasil ainda não está preparado para um El Niño mais forte

temperatura da superfície do mar ultrapassa +2°C em relação à média histórica. Especialistas têm alertado que embora o El Niño seja um fenômeno natural que sempre ocorreu, as mudanças climáticas têm alterado sua dinâmica, tornando os episódios cada vez mais intensos e frequentes.

Alerta há décadas

O climatologista e professor Carlos Nobre aponta que em um planeta mais quente, eventos meteorológicos e hidrológicos tendem a bater recordes com maior frequência potencializando os extremos climáticos associados ao El Niño.

“No mundo inteiro, agora, nestes últimos anos em que a temperatura atingiu 1,5°C, e ela vai atingir esse nível permanentemente até 2030, todos esses eventos explodiram, como nós cientistas estamos alertando há décadas. Quando chegássemos a 1,5°C de aquecimento, todos os eventos extremos, ondas de calor, chuvas excessivas, secas, incêndios florestais, vendavais, ressacas, tudo isso não cresceria um pouquinho; aumentaria demais”, alerta.

Em concordância com Nobre, a professora e geógrafa Núbia Beray Armond, da Universidade de Indiana, nos Estados Unidos, explica que “super El Niños” que historicamente poderiam ocorrer em intervalos de 20 a 30 anos, vêm sendo registrados em períodos de tempo cada

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Carlos Nobre: cientistas alertam há décadas

vez mais curtos. Na avaliação dela, esse ciclo menor está associado diretamente às mudanças climáticas. “A gente observa uma variabilidade ao longo do tempo em relação a intensidade desse El Niño. O tempo de retorno dos El Niños fortes tem reduzido”, esclarece.

A geógrafa reforça que “a partir da temporada de 2023 e 2024, ficou inegável e irrefutável esse tipo de fato”.

“Temos visto El Niños com uma magnitude maior. Quanto mais avançamos nas mudanças climáticas, o feedback é aumentar a

Especialistas apontam que impactos de 2024 podem se repetir em um cenário mais intenso

intensidade e a frequência desses El Niños fortes. Em 2023, tivemos nove ondas de calor extremamente intensas. E, infelizmente, a cada ano, principalmente em El Niño, a gente quebra recorde. Essa é a previsão para o próximo ano”, ressalta.

Brasil preparado?

Especialistas ouvidos pelo Correio da Manhã são unânimes em avaliar que o Brasil aprendeu parte das lições deixadas pelo último El Niño, mas ainda precisa avançar significativamente no estabelecimento de políticas de adaptação e prevenção. Para eles, é fundamental investir em planejamento e prevenção antes da ocorrência de eventos extremos, e não apenas em ações voltadas para remediar os danos após as ocorrências.

Nobre, por exemplo, destaca que hoje o país dispõe de tecnologias aplicadas à meteorologia mais robustas e de uma maior capacidade de antecipação. Ele cita, por exemplo, o trabalho desempenhado pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

“Na parte da previsão de desastres climáticos extremos, o Brasil faz previsões muito boas. O Cemaden

previu muito bem aquelas chuvas super intensas no segundo semestre de 2023, e depois em 2024, nos vários episódios que afetaram quase todo o Rio Grande do Sul. O INPE faz previsões meteorológicas muito boas. Agora, a gente não tem soluções preparatórias pré-evento”, afirma.

Apesar dos avanços na previsão de chuvas intensas, Nobre analisa que a antecipação das ondas de calor ainda representa um dos principais gargalos do país. Segundo ele, a capacidade de monitorar e prever esses fenômenos precisa ser aprimorada para reduzir os impactos sobre a população, sobretudo os mais vulneráveis como bebês, crianças e idosos.

No programa “Bom dia, Ministro”, na última quinta-feira (11), o ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima, João Paulo Gabbianco, defendeu que “estamos muito melhor preparados [para os impactos do El Niño] do que nos anos anteriores”. O Governo Federal anunciou a criação de uma sala de situação permanente coordenada pela Casa Civil, envolvendo 13 ministérios e órgãos públicos. Essa estrutura aciona o planejamento de recursos extraordinários para preparar as Forças Armadas, Polícia Federal, Ibama e ICMBio, além de articular ações diretas com estados e municípios.

Integração

Para a geógrafa Núbia Armond também é crucial fortalecer ainda mais a Defesa Civil e o Cemaden. Ela cita ainda a necessidade de estabelecer protocolos e mecanismos permanentes de monitoramento e respostas às emergências para que os órgãos públicos possam trabalhar de forma integrada no apoio à população e na mitigação desses eventos extremos.

“Santa Catarina, por exemplo, possui uma Defesa Civil bastante estruturada. Assim como no município do Rio de Janeiro, existe um Centro de Operações que monitora em tempo real onde terão enchentes, áreas de deslizamentos e chuvas. Nesse espaço atuam, de forma integrada, meteorologistas, equipes da Defesa Civil, profissionais da saúde, entre outros”.

Diante de um cenário de intensificação dos eventos extremos e do agravamento da crise climática, os especialistas ouvidos pela reportagem alertam para a responsabilidade dos eleitores na escolha de seus representantes. Segundo eles, a população deve estar atenta a candidatos que negam ou minimizam os efeitos das mudanças climáticas, evidenciados, por exemplo, pela ocorrência de eventos de El Niños, cada vez mais intensos.

Na visão dos especialistas, o negacionismo pode comprometer o estabelecimento de políticas públicas essenciais para enfrentar os desafios ambientais que se tornam cada vez mais presentes no nosso cotidiano. “Nós não podemos eleger políticos, negacionistas em qualquer área e então esse é um desafio”, adverte Carlos Nobre.